



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza M. Tavares

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Vieira de Castro) deu resposta à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira (PSD) sobre a construção de um nó entre a A3 e a EN205 (Barcelos/Prado), e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Ricardo Gonçalves (PS) e Bernardino Soares (PCP).

Aquele membro do Governo respondeu ainda à pergunta colocada pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira (PSD) sobre a construção das variantes às EN205 e 306, tendo também prestado esclarecimentos adicionais aos Srs. Deputados Fernando Moniz (PS) e Bernardino Soares (PCP).

A pergunta formulada pelo Sr. Deputado Helder Amaral (CDS-PP), sobre o IC26, bem como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs. Deputados Miguel Ginestal (PS) e Maria Eulália Teixeira (PSD), respondeu ainda o mesmo membro do Governo.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Manuel Fernandes Thomaz) deu resposta à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Miguel Medeiros (PS), sobre o financiamento da Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Paulo Batista Santos (PSD) e António Filipe (PCP).

Este membro do Governo respondeu também à questão colocada pelo Sr. Deputado Luis Carito (PS), acerca do Campus da Universidade do Algarve em Portimão, e deu esclarecimentos adicionais ao Sr. Deputado João Gago Horta (PSD).

A Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social (Margarida Aguiar) deu resposta à pergunta sobre o balanço de aplicação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, relativo à eliminação de barreiras arquitectónicas, colocada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia (Os Verdes), e ainda aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pela interpelante e pelos Srs. Deputados Rui Cunha (PS), Goreti Machado (PSD) e Bernardino Soares (PCP).

A pergunta do Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP) sobre o atraso nos pagamentos das prestações sociais, assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs. Deputados Artur Penedos (PS) e Goreti Machado (PSD), respondeu também a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social.

O Sr. Ministro da Presidência (Nuno Morais Sarmento) respondeu à pergunta apresentada pela Sr.^a Deputada Ana Drago (BE), sobre a política do Governo em matéria de violência doméstica, bem como aos pedidos de esclarecimentos adicionais formulados pelos Srs. Deputados Vitalino Canas (PS), Isménia Franco (PSD) e Odeite Santos (PCP).

A Sr.^a Presidente encerrou a sessão eram 13 horas.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo

Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Morais
 Mário Patinha Antão
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Ribeiro Moniz
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jânila Bárbara Madeira e Madeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José da Conceição Saraiva
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito

Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala
 Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Helder do Amaral
 Manuel de Almeida Cambra
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 Bernardino José Torão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos iniciar a sessão de perguntas ao Governo, com uma pergunta que será formulada pelo Sr. Deputado Fernando Santos Pereira, relativa à construção de um nó entre a A3 e a EN205 (Barcelos/Prado), e respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira, que dispõe, para o efeito, de 3 minutos.

O Sr. **Fernando Santos Pereira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, a questão que aqui quero levantar é a necessidade da construção de um nó de ligação entre a auto-estrada Braga/Valença, denominada A3, e a EN205, que liga Barcelos a Prado e também aos concelhos de Vila Verde e Amares, também se podendo estender a Terras de Bouro.

Trata-se de uma acessibilidade muito importante, por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque vai servir a parte norte do concelho de Barcelos, onde se localiza grande parte da indústria têxtil e o forte da indústria cerâmica daquele mesmo concelho, e, em segundo lugar, porque vai permitir que os concelhos de Vila Verde e Amares tenham um acesso directo à auto-estrada, coisa que na actualidade não acontece.

Em termos simples, a situação é esta: a estrada nacional n.º 205, que percorre a margem direita do rio Cávado, não tem, porque não foi executada na altura, uma ligação, um nó de acesso, à auto-estrada Braga/Valença, e, assim, temos cerca de 150 000 habitantes que, para acederem à auto-estrada, de duas, uma, ou vão poluir em termos de tráfego a cidade de Braga, ou, então, têm de percorrer um largo número de quilómetros de estradas municipais.

Este é um problema que se tem arrastado no tempo e as câmaras municipais, as juntas de freguesia, as populações e o tecido empresarial da zona anseiam por uma solução.

Temos consciência de que a solução tem obstáculos. Um obstáculo que, desde logo, se aponta são as regras do distanciamento de construção dos nós das auto-estradas, mas também temos de ter em linha de consideração que, neste mesmo local, existe uma barreira física, que se chama rio Cávado, e esta barreira física tem de ser equacionada na apreciação desta mesma situação.

Existindo dois nós na margem esquerda, em Celeirós e em Martim, não se compreende — e eu tenho dificuldades em compreender — por que é que a construção deste nó na margem direita do rio Cávado tem vindo a ser adiada.

No fundo, gostaria de obter aqui a sensibilização do Governo para que este problema fosse equacionado e fosse apontada uma solução para a sua resolução.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas** (Vieira de Castro): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, antes de mais, os meus cumprimentos.

Quero agradecer ao Sr. Deputado Fernando Santos Pereira a pergunta que fez o favor de me formular e que me proporciona a prestação de uma informação actualizada sobre a mesma.

A inserção desse nó entre a A3 e a EN205 é uma pretensão, pelo menos, de um grupo de Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia. Toda a pretensão que é apresentada merece acolhimento e estudo. Foi o que aconteceu. O IEP e a concessionária, na circunstância a BRISA, estudaram esta pretensão e desse estudo resultou uma conclusão, qual

seja, a da não justificação da inserção desse nó — conclusão esta assente em três razões objectivas.

Em primeiro lugar, a estimativa de tráfego que foi feita aponta para um tráfego médio diário de 350 a 450 veículos. Acrescentarei que é uma estimativa que foi calculada no ano 2000.

Em segundo lugar — e o Sr. Deputado já o referiu —, este nó distanciaria apenas 4 km de nó mais próximo. Como o Sr. Deputado bem referiu, há regras que têm de ser respeitadas, designadamente aquela que tem a ver com o distanciamento entre nós.

Em terceiro lugar, estamos a falar de um investimento elevado, atendendo à orografia do terreno.

Finalmente, eu acrescentaria que estamos a falar da inserção de um nó no IP1. E, se tem de haver muito critério em relação à inserção de todos os nós, por maioria de razão isso terá de acontecer em relação ao IP1, que é, como sabe, o grande eixo do tráfego de longo curso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira.

O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, ouvi com atenção a resposta, aliás, alguns dos enunciados também já os havia afirmado, mas há aqui três ideias fundamentais, que são importantes reter no debate.

A primeira é que, conforme referi, uma parte substancial de um concelho grande e de Vila Verde, Amares e também Terras de Bouro não têm acesso à auto-estrada, tendo uma estrada nacional ou regional, que é a EN205, que intercepta precisamente a A3. E existe uma situação que, no meu entender, deveria ser equacionada pelo Governo, que é a realidade concreta deste caso, que é a existência de uma barreira física, denominada rio Cávado, que impede uma normal fluência do tráfego para os dois nós citados. Isto deveria ser equacionado, porque o tráfego desviado para a cidade de Braga e que percorre estradas municipais é imenso.

A segunda é que o que acabou de referir relativamente ao estudo tem de ser respeitado, mas permita-me, Sr. Secretário de Estado, que tenha sérias dúvidas sobre a correspondência entre o estudo apontado e a realidade que efectivamente existe. É de cerca de 150 000 o número de habitantes daquela zona do Minho, por isso tenho muitas dúvidas de que esse número que lhe foi avançado possa corresponder à realidade.

Portanto, apelo para que esse estudo possa ser actualizado, possa ser equacionado, e o Sr. Secretário de Estado e o Governo possam, eventualmente, vir a executar esta obra, que é muito importante para a região.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Gonçalves.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Fernando Santos Pereira...

O Sr. Bernardino Soares (PCDP): — Essa era a parte combinada, mas agora vamos à outra!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Peço desculpa, Sr. Secretário de Estado, mas responderá no fim a todos os pedidos de esclarecimento adicionais, nos termos do Regimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado Ricardo Gonçalves.

O Sr. Ricardo Gonçalves (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, antes de mais, porque é originário do distrito de Braga, quero dar-lhe os parabéns por ocupar tão relevante cargo. É sempre bom ver gente do distrito dos arcebispos ocupar cargos de relevo da Nação.

Quero solidarizar-me com o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira e dizer também que o nó faz falta, imensa falta. Aliás, V. Ex.^a poderia repensar os nós entre Martim e Ponte de Lima, porque há três, e, se for preciso, poderá até desviar um deles para um sítio onde faça mais falta. O Sr. Secretário de Estado, que é um homem com imaginação, é capaz de encontrar soluções para isso.

Repare: se o PS e o PSD se entendem nos nós e se os nós aumentam a relação entre nós, o Sr. Secretário de Estado não deve perder esta oportunidade, porque ainda é nas estradas e nos caminhos de Portugal que nos vamos encontrando e que os portugueses se consciencializam.

Portanto, não deve perder esta oportunidade de criar consensos. O Sr. Secretário de Estado tem muitas coisas na mão para criar consensos, e, se os não consegue criar, nenhum outro membro do Governo conseguirá, porque não conseguem criar o mínimo de pontes... nem de nós... nem de acessos... nem de rampas... nem de estradas, principais ou laterais!

Risos.

Só o Sr. Secretário de Estado é capaz de o fazer!

Portanto, aproveite esta oportunidade para dignificar o Minho, repense tudo aquilo! Há, eventualmente, ali nós que até poderiam ser fechados e abertos outros. O Sr. Secretário de Estado poderia fazer uma grande obra. Era fácil, e no fim encontrar-nos-íamos a todos na inauguração do dito nó, todos ficaríamos imensamente felizes e V. Ex.^a veria, pela primeira vez, todos os partidos a apoiá-lo e conseguiria brilhar num Governo que tem dificuldades em o conseguir, porque não consegue encontrar os tais consensos que fazem falta entre nós.

Portanto, não se esqueça de satisfazer esta necessidade, que é aquilo de que precisamos para nos encontrarmos todos nos tais nós.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, pensei que fosse começar esta intervenção com um protesto, porque, sinceramente, ao ver a pergunta agendada pelo PSD e aceite, para resposta, pelo Governo, pensei que o Governo vinha dizer que vai, de facto, construir o nó que está em causa, que, de resto, como disse o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira, vai facilitar o acesso a Barcelos, mas, sobretudo, a Vila Verde e a Amares. Aliás, este nó já teve propostas no Orçamento do Estado apresentadas pela nos-

sa bancada parlamentar e — justiça seja feita — apoiadas pelo PSD, quando estava na oposição.

Portanto, pensei que o que hoje iríamos ter aqui era o PSD a cumprir as promessas que fez enquanto oposição e o Sr. Secretário de Estado a confirmar que, de facto, iria cumprir aquilo que apoiou quando estava na bancada do PSD e intervinha nestas questões do PIDDAC. Pensei eu! Claro que, depois, teria de perguntar se os Deputados do PSD já tinham o PIDDAC e se era por isso que faziam esta pergunta. Pelos vistos, não têm e, pelos vistos, este nó, tão essencial para as populações, não está ainda para ser construído, ficando por cumprir as promessas do partido que está agora no Governo.

Vozes do PCP: — Exactamente!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas: —** Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, não vão levar-me a mal que comece por responder ao Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Deputado Bernardino Soares está a partir do princípio de que eu sempre que aqui vier é para dizer «sim»,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Só quando o PSD pedir!

O **Orador: —** ... mas umas vezes direi «sim» e outras «não». Julgo que nem precisaria de dizer isto, porque me parece que a responsabilidade é inerente a quem tem funções no Governo.

Penso que o País está bastante cansado do tempo em que se dizia sempre «sim» a tudo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O PSD é que disse «sim»!

O **Orador: —** Mas voltemos ao nó objecto da pergunta, que é o que nos interessa.

Vou falar sobre o IC14, que, não tendo uma ligação directa com a questão que estamos a abordar, tem uma ligação indirecta, que é importante, pois, como sabem, o IC14 parte da Apúlia, passa por Barcelos e vai até Braga. Assim, quero dizer-vos o seguinte: quanto ao lanço entre a EN205 e Barcelos, o corredor está aprovado e o seu projecto de execução em desenvolvimento; quanto ao lanço entre Barcelos e Braga, as peças do projecto de execução estão em apreciação, há um mês foi entregue no Instituto do Ambiente o relatório de conformidade ambiental do projecto de execução e estão a decorrer as expropriações em três fases, sendo que, relativamente às duas primeiras, ou seja, entre a EN205 e o IP1, os terrenos estarão disponibilizados em breve.

No que se refere ao nó que é objecto da pergunta, e uma vez que foi apenas feita uma estimativa de tráfego, vou pedir que seja feita uma coisa diferente, que é um estudo de tráfego. Vamos ver quais são os resultados desse estudo, depois ficam para vencer duas outras dificuldades: uma, o distanciamento e, outra, o montante do investimento necessário para a inserção desse nó.

Vamos tratar este assunto como todos os assuntos têm de ser tratados, que é com fundamentação técnica,...

O Sr. **Ricardo Gonçalves** (PS): — Quem prometeu o nó foi o PSD na campanha eleitoral!

O **Orador: —** ... porque é possível definir com muito rigor se aquele ou outro nó devem ou não ser justificadamente inseridos. Estamos a falar de investimentos e também de concessões. As concessões fundamentam-se em contratos muito complexos; esses contratos, dir-me-ão os Srs. Deputados, e eu corroboro, são susceptíveis de ser alterados, não são imutáveis, mas essas alterações, em regra, determinam responsabilidades financeiras, muitas vezes, muito pesadas para o Estado, e temos de ter muito critério na aplicação dos dinheiros do Estado.

Portanto, o compromisso que tomo é o de que, provavelmente ainda hoje, pedirei um estudo de tráfego relativamente ao nó de que estivemos a tratar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, para formular a pergunta sobre a construção das variantes às EN205 e 306, que será respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira.

O Sr. **Fernando Santos Pereira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, é sabido que a cidade de Barcelos foi pioneira, em termos nacionais, no que respeita à construção de uma via periférica, e são obras que têm vindo a ser executadas paulatinamente pela câmara municipal, mesmo em períodos anteriores à vigência do actual Plano Rodoviário Nacional.

Integram esta mesma obra, a circular da cidade, as variantes, sobre as quais vou colocar questões ao Governo, à EN306 e à EN205.

A variante à EN306 tem um carácter fundamental, porque vai permitir, em primeira instância, a eliminação de uma passagem de nível situada em plena zona urbana da cidade de Barcelos, que é a passagem de nível de Arcozelo. Trata-se de uma passagem de nível que já sofreu uma contestação pública, com manifestações, por causa de acidentes que aí ocorrem e do período de espera que aí se verifica, tendo já motivado reuniões entre diversos organismos da administração central, do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR), do próprio governo civil, da REFER, E. P., da Câmara Municipal de Barcelos. A solução defendida pela câmara municipal e aceite por esses organismos da administração central, com vista à eliminação dessa passagem de nível, seria a construção da variante à EN306. Portanto, foi uma solução apresentada e já aceite ao nível de organismos que ultrapassam a própria câmara municipal.

Por outro lado, a variante à EN205 integra também a circular de Barcelos.

É importante que se diga neste debate que as duas obras têm projectos de execução já elaborados, com capitais próprios e suportados pela câmara municipal, foram aprovados pela antiga Junta Autónoma das Estradas, e estas obras já foram candidatas ao Plano Nacional de Variantes e Circulares, o que significa que, tendo sido candidatas sob um plano do qual pouco se sabe, mas talvez o Sr. Secretário de Estado possa dizer alguma coisa sobre ele... Mas foram aceites o que significa que, ao

serem-no, podem, pelo menos, ser integradas nesse Plano Nacional de Variantes e Circulares.

Em conclusão, Sr. Secretário de Estado, estas duas obras vão permitir a conclusão da circular da cidade de Barcelos.

Portanto, pretendo saber se o Governo vai apoiar estes dois projectos, devido aos capitais elevados que eles comportam.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Fernando Santos Pereira, temos duas situações distintas — a situação da EN205 é substancialmente distinta da situação da EN306, como vou já justificar.

Em todo o caso, antes de responder-lhe directamente, Sr. Deputado, quero prestar uma informação à Câmara, pois admito que, relativamente a variantes e circulares, possam vir a ser formuladas mais perguntas no futuro.

Em Outubro de 2000, por despacho do meu antecessor, foi criado o Plano Nacional de Variantes e Circulares. Ao abrigo desse despacho, foram apresentadas 617 candidaturas por 183 câmaras municipais — se os Srs. Deputados se derem ao trabalho de fazer uma conta simples, verificarão que, em média, cada uma destas câmaras municipais apresentou mais de três candidaturas. Quantificadas todas estas candidaturas, chegou-se a um montante de investimentos global de 600 milhões de contos. Para terem uma ideia, direi que, entre fundos nacionais e fundos comunitários, o PIDDAC para a rede viária ronda os 200 milhões de contos, portanto, teremos três anos de PIDDAC para variantes e circulares, se nada mais fizermos, o que é verdadeiramente impensável!

Em 2002, ano em curso, está inscrita no PIDDAC uma dotação para variantes e circulares de 7 milhões de euros; para 2003, inscrevemos 23,5 milhões de euros — e estamos a falar de dotações modestas, em relação ao investimento global. Vamos ter de rever esta situação, analisando cada uma das candidaturas, desde logo, sob três critérios, que são: as condições de operação, as condições de segurança e os impactes ambientais. Cada uma das candidaturas vai ser submetida a uma análise sob estes critérios, mas nós já temos definido o critério da prioridade, que vai ser: variantes e circulares que tenham relação com estradas nacionais e estradas regionais, ou que façam o atravessamento de sedes de concelho ou de centros urbanos de dimensão significativa.

Passando, agora, directamente, à questão da EN306, estou, no fundo, a dizer que ela respeita a prioridade, porque é uma estrada regional.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, o seu tempo terminou. Peço-lhe que conclua por favor.

O Orador: — Terminei, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira.

O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, saúdo,

naturalmente, este esclarecimento que V. Ex.^a aqui nos deu, por parte do Governo, relativamente ao Plano Nacional de Variantes e Circulares.

Vou pretender, talvez, intuir aquilo que o Sr. Secretário de Estado iria dizer relativamente à EN306, e repiso uma ideia: é uma obra fundamental, porque implica a eliminação de uma passagem de nível.

A construção do Plano Nacional de Variantes e Circulares foi pomposamente anunciada pelo ministro Jorge Coelho, na anterior Legislatura, e, pelos vistos, pouco avançou.

No que respeita ao concelho de Barcelos, o problema já não é de agora, e já há muito que a Câmara Municipal de Barcelos avançou com este plano. E, Sr. Secretário de Estado, entre expropriações, aquisição de terrenos e obra, já há cerca de 2,5 milhões de contos investidos pela Câmara Municipal de Barcelos na construção da circular externa de Barcelos. Também devo dizer que a variante à EN306, a que tecnicamente se denomina variante, no fundo integra a circular de Barcelos.

Deste modo, apelo para que um município como este, que tem nestas duas obras um investimento desta envergadura com capitais próprios, com as quais pode ver concluída a sua circular, possa ver nessa futura reapreciação que o Sr. Secretário de Estado vai fazer do Plano Nacional de Variantes e Circulares as duas variantes às EN 205 e 306.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Moniz.

O Sr. Fernando Moniz (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, saúdo-o cordialmente, também como bracarense.

Sr. Secretário de Estado, esta questão está intimamente ligada com a anterior, nomeadamente no que respeita à variante EN306.

De facto, a inexistência do nó da A3 constituiu, na altura, uma lacuna, uma omissão grave, que deixou de certa maneira isoladas populações, sejam elas do norte de Barcelos, sejam do sul de Ponte de Lima, de Vila Verde, de Amares ou de Terras de Bouro.

Na altura, a justificação para este facto teve natureza económico-financeira. Mas, Sr. Secretário de Estado, hoje sabemos que o concessionário apresenta ainda índices de rentabilidade das vendas superiores a 50% e sabemos o que isso significa; e, portanto, sabemos, porventura, que será este o momento de colocar novamente em cima da mesa a questão das contrapartidas ao Estado. E este caso poderá ser um bom exemplo, a ser, de certa maneira, beneficiado com essas novas e justas contrapartidas.

Na altura em que eu era o Governador Civil de Braga fui confrontado, por várias vezes, com este problema, porque, de facto, trata-se de um problema, de uma justa e pertinente reclamação dos autarcas e das populações.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em tempos, já se disse, já se questionou o porquê, sendo os rios um excelente meio de comunicação. Para quê as pontes? Poder-se-ia perguntar: sendo hoje

as auto-estradas um excelente meio de comunicação, para quê os nós? Mas o Sr. Secretário de Estado sabe, melhor do que eu, que os nós são necessários, e este nó, em particular, é indispensável.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, não vou reeditar aquilo que disse na pergunta anterior, que se aplica exactamente a esta pergunta.

Folgo em saber que vamos ter, certamente, no Orçamento do Estado uma discussão mais genérica sobre o Plano Nacional de Variantes e Circulares, e é uma matéria aquilo que o Sr. Secretário de Estado aqui adiantou.

Mas há uma diferença em relação à pergunta anterior, no que diz respeito ao PSD: neste caso, o PSD fez as propostas, e suponho que as terá votado favoravelmente.

Risos do PS.

Suponho que as terá votado favoravelmente.

É por isso que aumenta a estranheza da falta de resposta, até agora, apenas por falta de tempo, com que até ao momento o Sr. Secretário de Estado nos brindou nesta pergunta.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, já nos conhecemos há tanto tempo para saber que não o deixo sem resposta. Pode ter a certeza disso!

Risos do PSD.

Eu procuro sempre dá-la com rigor e verdade! Não poderia ser de outra maneira, até pela consideração que tenho de ter pelos Srs. Deputados e pela Assembleia da República. Tem de ser assim e será sempre esta a minha postura!

Eu sabia que ainda dispunha de tempo para completar a resposta, só que o cronómetro constrange-nos. Eu quis dizer muita coisa em muito pouco tempo e poderia ter induzido os Srs. Deputados num equívoco, porque troquei — o que também não é nada que não possa ocorrer — o número das duas estradas.

Vamos lá então aos números correctos.

Variante à EN205: no PRN 2000, esta está classificada como uma estrada nacional. E, portanto, como eu dizia há pouco — embora suponha que lhe tenha chamado EN306, mas é da EN205 que se trata —, é uma estrada regional, pelo que se insere no critério da prioridade das variantes às estradas regionais ou às estradas nacionais que façam o atravessamento de sedes de concelho ou de aglomerados urbanos de dimensão significativa.

A EN306, no PRN 2000, foi desclassificada. O que é que está estabelecido em relação às estradas desclassificadas? A administração central — leia-se o Instituto para

a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR) — faz a beneficiação dessas vias, propõe às respectivas câmaras municipais a sua transferência para a rede municipal e aí, se houver a aquiescência da câmara municipal respectiva, celebra-se um protocolo, que é depois homologado pelo membro do governo, que, em todo este processo, é o que menos vale.

Portanto, em relação à EN306, que é uma estrada desclassificada no PRN 2000, aquilo que é possível fazer é a sua beneficiação e a consequente integração na rede municipal, se a câmara municipal estiver disposta a celebrar um protocolo com o Instituto das Estradas de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, a pergunta que se segue é ainda no domínio das estradas, é sobre o IC26, e vai ser respondida pelo Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Amaral.

O Sr. **Helder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, a pergunta que quero colocar-lhe diz respeito ao IC26, que é uma estrada que liga Trancoso a Amarante.

Este itinerário complementar tem para as regiões envolvidas, principalmente para o Douro sul, uma grande importância. Trata-se, Sr. Secretário de Estado, de uma via estruturante, capaz de promover o desenvolvimento desta zona do País, que é reconhecidamente carenciada e de que importa tratar.

Reconheçamos também que esta zona do País é uma região de oportunidades — as aldeias vinhateiras, o Vinho do Porto, um produto de excelência, o Douro Património Mundial —, cujas potencialidades turísticas não encontrarão tradução prática se se resumirem apenas à declaração da UNESCO, a decretos ou a passeios fluviais, que são, sem dúvida, as suas imagens de marca.

Sr. Secretário de Estado, é preciso não desperdiçar estas oportunidades. É preciso potenciar este desenvolvimento e tornar o Douro sul e toda aquela região numa zona de acesso mais fácil. Ou seja, é preciso transformar esta região, do ponto de vista das acessibilidades, num local mais atractivo, permitindo que aqueles que lá queiram morar, produzir ou investir sejam também eles um pouco do desenvolvimento que, felizmente, vamos tendo e que, estou certo, continuaremos a ter.

Do ponto de vista viário, gostaria de referir que o IC26 será um importante eixo de intercepção de três itinerários principais, a saber: o IP3, o IP4 e o IP5. Assim sendo, o IC26 terá um importante papel na difusão do tráfego por estes três itinerários e poderá, apesar de não ser uma via de penetração no País, desempenhar também um papel relevante na organização do tráfego internacional.

O IC26 desempenhará ainda um papel fundamental na melhoria da qualidade das ligações intermunicipais nesta zona e beneficiará, seguramente, Trancoso, Aguiar da Beira, Sernancelhe, Moimenta da Beira, Tarouca, Amares, a sul do rio Douro, no que concerne a Resende e São João da Pesqueira, e a norte, de Baião até à Régua.

Teremos, então, com o IC26 uma melhoria das acessibilidades intermunicipais, um acréscimo da qualidade nas ligações internacionais e uma nova oportunidade de expressão do tráfego internacional.

Tendo noção das dificuldades que existem no troço que liga Lamego a Amarante — uma vez que se trata da abertura de um corredor numa zona de património mundial, de grande importância quer do ponto de vista ambiental quer paisagístico, que, obviamente, queremos preservar — e da importância que o IC26 tem para esta região, pergunto, Sr. Secretário de Estado, se este itinerário é uma prioridade para si e para o Ministério que aqui representa. E, assim sendo, se pretende cumprir uma promessa que tem muitos anos e que é muito desejada pelas populações locais.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Helder Amaral, muito obrigado pela pergunta que me colocou.

Vou dividir o IC26 em dois lanços.

Relativamente ao lanço entre Lamego e Trancoso, devo dizer que está a decorrer o respectivo estudo prévio, ao qual seguir-se-á, depois, a tramitação que é conhecida do Sr. Deputado, como o estudo de impacte ambiental, o projecto de execução, o concurso, e por aí fora.

No que concerne ao lanço entre Amarante e Régua, a definição do respectivo traçado está pendente da definição do traçado do IP4 com dupla faixa na ligação entre Amarante e Vila Real. Vai ser lançado muito em breve o respectivo estudo prévio, porque o estudo que já existe é de há uns anos e tem de ser objecto de uma profunda remodelação por uma razão, que o Sr. Deputado já avançou: a da classificação, que entretanto ocorreu, da zona do Douro como Património Mundial.

Em síntese, o IC26 está a seguir o percurso normal, havendo esta pendência em relação à definição do traçado do IP4, repito, com dupla faixa na ligação entre Amarante e Vila Real.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Amaral.

O Sr. **Helder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, gostaria só de saber se percebi bem o que disse.

Significa, então, que o traçado entre Trancoso e Lamego, que, na minha opinião, é fundamental — uma vez que permite a saída das pessoas de toda a zona de Moimenta da Beira, de Sernancelhe, ou seja do Douro sul, que permite o acesso a Espanha, desanuviando um pouco o IP5, para as pessoas que optam pela entrada de Vilar Formoso — é o traçado mais fácil, poderá, eventualmente, avançar com alguma celeridade. E não nos podemos esquecer de que este troço é também a parte mais importante do traçado, uma vez que as pessoas de todas essas regiões — de toda aquela zona da Pesequeira, Lamego, Régua —, no sentido do Porto, utilizam normalmente, por maioria de razão, a cidade do Porto para tratar de assuntos pessoais, quer sejam eles de agricultura ou de saúde. Estas pessoas podem ter acesso pelo IP3, e já existe a ligação Régua/Vila Real, e depois pelo IP4.

Portanto, pergunto se devo concluir que este segundo traçado, que não tem as dificuldades que mencionou, quer a de atravessar uma zona de património mundial, quer a

de depender da definição do traçado do IP4 com duplicação da pista, poderá ser mais célere. Ou seja, se podemos contar com o troço Lamego/Trancoso com alguma celeridade, pois será uma realidade dentro em breve.

Percebi bem, Sr. Secretário de Estado?

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. **Miguel Ginestal** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, começo por cumprimentar o Sr. Deputado Helder Amaral, que, em boa hora, decidiu interpelar o Governo sobre o IC26, na medida em que esta via é essencial ao desenvolvimento do interior mais interior do distrito de Viseu. É uma via que atravessará, ligando-os, quatro distritos, Porto, Vila Real, Viseu e Guarda, e que articulará e unirá a circulação rodoviária de pessoas e bens entre o IP4, o IP3, o IP2 e o IP5.

Do nosso ponto de vista, estes itinerários principais só serão totalmente rentabilizados quando os itinerários complementares adjacentes — e o IC26 de que hoje aqui falamos é um deles — estiverem devidamente concluídos.

O IC26, que no distrito de Viseu atravessa os concelhos de Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira e Sernancelhe, é uma via de «amarramento» de pessoas e de actividade económica e social, numa zona que regista perdas demográficas, das mais significativas, no distrito de Viseu, e permite igualmente descongestionar a EN226, que atravessa muitas localidades, com todos os inconvenientes daí decorrentes.

Neste contexto, gostaria de solicitar ao Sr. Secretário de Estado alguns esclarecimentos, decorrentes da intervenção que aqui fez.

Damos conta de que há dois problemas diferentes.

Há um troço mais adiantado, entre Lamego e Trancoso, que é o que vai atravessar o distrito de Viseu. E a primeira questão que gostava de colocar-lhe, porque não percebi isso das suas palavras, é se, eventualmente, um atraso na definição do traçado entre Lamego e Amarante implica um atraso no lançamento da obra entre Lamego e Trancoso.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Faça favor de concluir.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Esperamos efectivamente que não.

Finalmente, qual é de facto a prioridade e o calendário concreto e visível que o Governo determina para a concretização desta importante infra-estrutura rodoviária?

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Eulália Teixeira.

A Sr.^a **Maria Eulália Teixeira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, como já foi aqui referido, o IC26 constitui um itinerário fundamental para o desenvolvimento do Norte do distrito de Viseu e a ligação que este fará entre concelhos permitirá o fácil acesso aos IP3, IP5, IP4 e IP2.

Esta obra é uma forte e antiga reivindicação quer dos autarcas quer da população e dos Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu.

Pretendemos, pois, saber se a realização deste itinerário assume prioridade nesta Legisatura.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder ao conjunto de pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Públicas**: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas vossas perguntas.

O Sr. Deputado Helder Amaral interpretou bem o que eu disse. Havendo algum condicionamento do lanço Amarante/Régua, em relação ao lanço Lamego/Trancoso, não vai haver aqui — e foi-me pedido pelo Sr. Deputado Miguel Ginestal para eu apontar um calendário — qualquer solução de continuidade.

Está a ser efectuado o estudo prévio. E os Srs. Deputados sabem que este processo é bastante mais moroso do que todos nós desejaríamos, mas a lei impõe prazos que temos de respeitar e que, na maioria dos casos, como, por exemplo, quando estão em causa questões de carácter ambiental, são completamente esgotados. Depois, também o processo dos concursos públicos é longo e a sua duração depende de haver ou não reclamações. Enfim, estando neste momento apenas em curso o estudo prévio, não se-rei capaz de dizer, com absoluta precisão, que a obra começa no dia tal às tantas horas. Não posso dizê-lo, nem ninguém poderia dizê-lo com seriedade! Prefiro dizer que o processo vai decorrer normalmente, que não vai ter soluções de continuidade.

Relativamente ao lanço Amarante/Régua, o que posso dizer que ele está um pouco à espera do que vier a ser definido para o IP4, o que se entende. E os Srs. Deputados percebem bem, porque conhecem o problema, que o anterior estudo prévio tem de ser profundamente reformulado. Mas, logo que isto seja definido, pode avançar-se com o outro lanço do IC26. Porém, neste momento, está um pouco condicionado pelo IP4, como eu já disse.

Agora, o que faremos é acelerar, na medida do possível, a definição respeitante ao IP4, para que as consequências sobre o outro lanço do IC26 sejam minoradas.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza). — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta sobre o financiamento da Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche, que será formulada pelo Sr. Deputado José Miguel Medeiros e respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, foi com grande surpresa e, por que não dizê-lo, com alguma estupefacção que a comunidade educativa da Escola Superior de Tecnologia do Mar e do Instituto Politécnico de Leiria, bem como a sociedade civil da região de Peniche e de todo o Oeste do distrito de Leiria, se viram confrontados com as intenções manifestadas pelos serviços do Ministério da Ciência e do Ensino Superior em relação ao futuro da Escola Superior de Tecnologia do Mar.

A avaliar pelas informações que pudemos colher, propõe-se o Ministério da Ciência e do Ensino Superior suspender os investimentos previstos para a Escola Supe-

rior de Tecnologia do Mar — cantina, edifício pedagógico e biblioteca — e, simultaneamente, equacionar a sua transferência ou mesmo o seu encerramento.

Ora, como é do conhecimento de V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, foi o actual Ministro, Dr. Pedro Lynce, quem, enquanto Secretário de Estado do Ensino Superior, em 1991, aprovou a criação desta Escola, a qual tem hoje mais de 600 alunos e quatro cursos em funcionamento, a saber: Gestão Turística e Hoteleira, Turismo e Mar, Biologia Marinha e Biotecnologia e Engenharia Biológica e Alimentar.

A Escola Superior de Tecnologia do Mar é um estabelecimento de ensino superior de reconhecida valia na formação de quadros superiores nos domínios referidos, assumindo um papel liderante na renovação e na requalificação dos tecidos produtivos regional e sectorial. O sucesso do seu projecto educativo foi, aliás, evidenciado recentemente na 1.^a fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, na qual, das 225 vagas postas a concurso pela Escola, apenas 21 vagas, ou seja, 10% não foram preenchidas, tendo-se candidatado a ela 800 alunos. Estes resultados vêm confirmar as conclusões dos estudos que fundamentaram o aparecimento da Escola, designadamente dos estudos feitos pelo Prof. Jorge Gaspar, da Universidade de Lisboa, e pelo Prof. Jorge Arroiteia, da Universidade de Aveiro, também ele ex-Secretário de Estado do Ensino Superior.

Se dúvidas houvesse, pois, relativamente ao sucesso e à viabilidade do projecto educativo da Escola e à sua capacidade para atrair alunos, elas ficariam dissipadas com os resultados do actual concurso de acesso, no qual o Instituto Politécnico, em que a Escola se insere, ficou situado em terceiro lugar, a nível nacional, apenas atrás da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade do Porto e à frente de Universidades prestigiadas, como a de Coimbra e o próprio Instituto Superior de Agronomia, de onde é originário S. Ex.^a o Sr. Ministro.

Por outro lado, há a localização privilegiada da Escola, junto ao maior porto pesqueiro do País, no centro da fileira do mar, o que, efectivamente, constitui um sinal claro de que se pretende aproveitar todo aquele potencial, e o facto de até a própria comunidade empresarial, em comunicado público recentemente divulgado pela NERLEI, que é a Associação Empresarial da Região de Leiria, a reconhecer como extraordinariamente importante...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, esgotou o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço o favor de terminar.

O **Orador**: — Então, vou terminar, Sr.^a Presidente.

Sr. Secretário de Estado, face a este cenário e às expectativas criadas, impõe-se perguntar o seguinte: é verdade que o Ministério está a equacionar a transferência ou o encerramento da Escola Superior de Tecnologia do Mar? É intenção do Ministério retirar do PIDDAC para 2003 as verbas respeitantes à cantina e ao edifício pedagógico e biblioteca? Que pensa o Ministério fazer, no que respeita à construção das residências para estudantes — isto, no caso de não serem verdadeiras as duas primeiras questões —, indispensáveis em face da localização da escola e das condições de oferta local de alojamento?

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. **Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia** (Manuel Fernandes Thomaz): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, os meus cumprimentos a toda a Câmara.

Sr. Deputado José Miguel Medeiros, gostaria de gastar uns momentos iniciais para referir algumas questões de contexto de toda esta problemática, quer relativa à Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche, quer à questão que irá ser colocada a seguir.

O período de massificação e de crescimento explosivo do ensino superior que se viveu nas duas últimas décadas ou, pelo menos, nos últimos 15 anos não foi propício à aplicação de critérios de qualidade exigentes e fomentou mesmo alguma desracionalização do sistema de ensino superior, em termos de localizações e unidades que foram criadas.

A actual contracção que se verifica na procura do ensino superior, designadamente com a quebra de procura que se calcula que, nesta década, vai ser de cerca de 30% de alunos, é a situação ideal, quanto a nós, para apostar, realmente, na qualidade e fazer um esforço para reequilibrar o sistema nas suas diferentes componentes, nomeadamente na distribuição geográfica e nas áreas temáticas.

Por isso, os grandes objectivos do Governo em termos de política do ensino superior e que, recordo, são: uma crescente exigência de qualidade no sistema, em todas as suas componentes; a racionalização dos meios; o fomento de sinergias entre as diferentes unidades no sistema e a criação e a promoção de ligações mais fortes do sistema de ensino superior à sociedade, em particular ao sector produtivo.

Destes grandes objectivos decorrem as linhas de acção que estão desdobradas no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano.

Relativamente à Escola de Peniche, quero, para já, confirmar, e com muito gosto, aquilo que disse o Sr. Deputado José Medeiros, no sentido de que, realmente, a Escola tem quatro cursos a funcionar, um dos quais vai começar este ano. Quanto ao curso de Engenharia Naval e Industrial, trata-se de um curso que — e talvez aqui tenha havido razão para algumas suspeições —, por acordo da Escola com o Instituto Superior Técnico, está a ser transferido para o Instituto Superior Técnico; está num processo de transferência dos seus alunos; quanto aos outros cursos, estão relativamente bem, alguns têm uma procura de 100%, outros têm uma procura de 80% ou 90%, o que é bastante bom.

O Sr. **Oswaldo Castro** (PS): — «No entanto»...

O **Orador**: — Além disso, verifica-se uma circunstância que é também de realçar, que é o facto de, ao contrário de muitos outros casos, nesta Escola, realmente, não haver duplicação dos cursos que existem ao lado, no Instituto Politécnico de Leiria, ou até na região. Portanto, satisfaz...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, esgotou o tempo de que dispunha e, portanto, peço-lhe que conclua.

O **Orador**: — Sr.^a Presidente, posso apenas...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, mais tarde, terá a possibilidade de...

O **Orador**: — Então, nesse caso, Sr. Deputado, responder-lhe-ei mais tarde à questão dos financiamentos. Peço-lhe desculpa, porque era, talvez, a questão mais importante, mas responderei em seguida.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, folgo em saber ou em perceber, pelo menos pelo que ouvi, que V. Ex.^a tem a noção e confirma todos aqueles que foram os pressupostos da minha pergunta no que respeita à qualidade da Escola, pelo que aquela introdução ou aquele preâmbulo, digamos; que V. Ex.^a fez, no início da sua resposta, já está aplicado à Escola Superior de Tecnologia do Mar, uma vez que ela já está qualificada e está perfeitamente entrosada com a comunidade empresarial e regional. E até mesmo o caso que citou, do curso de Engenharia Naval, é a prova da maturidade do próprio Instituto Politécnico, que, por sua iniciativa, tendo consciência de que o curso não tinha conseguido obter sucesso, em termos de captação de alunos, propôs ao Instituto Superior Técnico que os seus alunos fossem transferidos, até porque o próprio curso do Instituto Superior Técnico também só tinha 4 alunos e, portanto, pelo menos, permitiu-se que os 22 alunos que estavam a frequentar a Escola de Peniche tivessem uma formação adequada e em contexto adequado. Portanto, a própria Escola extinguiu esse curso, por reconhecer, pelo menos no momento, a sua inviabilidade.

Nessa medida, reitero a minha pergunta, pois entendo que não pode haver dúvidas — e, neste momento, isso é que é grave —, para os alunos, para as famílias e para a comunidade daquela região, de que aquela Escola é um projecto para continuar. É que, neste momento, qualquer sinal, seja o de que não se faz a cantina, seja o de que não vai haver laboratórios, seja o de que a biblioteca e o edifício pedagógico não avançam, vai deixar no ar a suspeição de que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior e, portanto, este Governo não têm a certeza de que aquela é uma boa Escola, o que, naturalmente, não é bom. E se V. Ex.^a lá tivesse um filho não gostaria que isso sucedesse, como eu não gostaria, como ninguém gostaria, para além de que não é legítimo que permitamos que isso aconteça, se, de facto, queremos qualificar, certificar, melhorar.

Deste ponto de vista, Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que responda inequivocamente às questões que lhe coloquei.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Batista Santos.

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, desejo, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, pela forma responsável como trouxe a esta Câmara o ensino superior politécnico, em especial a atenção que revela relativamente à

Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche. A minha primeira palavra é, portanto, para o felicitar pela seriedade com que aborda esta matéria e, sobretudo, por reconhecer a relevância dos cursos ministrados na Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche, bem como — e parece-me importante que se releve isso — pela importância e pela exigência que coloca, decorrente do Programa do Governo, ao nível do ensino superior politécnico.

Dito isto, Sr. Secretário de Estado, tenho duas questões para lhe colocar, de forma breve.

Em primeiro lugar, pergunto a V. Ex.^a se não concorda que o caminho fácil agora apontado pela bancada do Partido Socialista, assente na ideia demagógica de que, caso fosse governo, nesta fase, tudo faria, ignora, deliberadamente, aqueles que são os investimentos vultosos previstos e em curso no Instituto Politécnico de Leiria.

Vozes do PS: — Vá ler o PIDDAC!

O **Orador: —** Também me parece importante questionar V. Ex.^a, Sr. Secretário de Estado, sobre se não considera indispensável que se avaliem com rigor, em Portugal — e parece que já o anunciou —, as necessidades formativas, bem como que se promova a exigência e o mérito no ensino superior politécnico, dando capacidade a um pilar fundamental do nosso ensino superior.

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): —** Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O **Sr. António Filipe (PCP): —** Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, nós também aguardamos, com expectativa, a segunda parte da resposta do Sr. Secretário de Estado relativamente às verbas. O Sr. Deputado do PSD já disse que são muito vultosas mas aguardamos pela resposta do Sr. Secretário de Estado relativamente a essa questão.

Para nós, este projecto da Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche, é um projecto muito meritório e que deve ser incentivado. E estamos a pensar na importância desta Escola em si mesma, pela formação que ministra a um número considerável de jovens, mas também enquanto elemento muito importante de desenvolvimento e de dinamização da própria região em que se insere. É um projecto feliz e, na medida em que se situa em Peniche e é dirigido para o estudo das ciências e tecnologias ligadas ao mar, deve ser incentivado.

Daí que, do nosso ponto de vista, seja importante que o Governo, qualquer que seja o que estiver em funções, não falte com o apoio e com as verbas necessárias para que este projecto possa ter continuidade e possa desenvolver-se.

Por isso, reiteramos também a pergunta sobre que verbas vão ser incluídas no Orçamento do Estado, no futuro próximo, para que os projectos que estão em curso e perspectivados para aquela Escola possam ter continuidade.

O **Sr. Bernardino Soares (PCP): —** Muito bem!

A **Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): —** Para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O **Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia: —** Sr.^a Presidente, vou, então, concluir a minha resposta à primeira questão e responder também às questões subsequentes.

Quanto aos investimentos que foram solicitados por todo o sistema de ensino superior, só no âmbito do PRODEP, totalizaram cinco vezes a verba que estava disponibilizada no PRODEP. Falando ainda em contos, a verba disponível era de cerca de 300 milhões de contos e a verba solicitada era de cerca de 1500 milhões de contos.

Ora, isto significa que não se pode atender a tudo o que foi solicitado e, em consequência disso, estabeleceram-se critérios — houve que os estabelecer — para seleccionar os projectos que deveriam ser apoiados.

E os critérios que foram estabelecidos, que penso terem toda a razoabilidade, foram os seguintes: em primeiro lugar, os projectos que correspondem a compromissos de candidaturas ao PRODEP III, já aprovadas, com investimentos previstos em 2003; em segundo lugar, obras em curso e concursadas e encargos já assumidos com projectos de execução em curso; áreas de medicina e saúde correspondem também, embora de forma subsequente, a prioridades que foram estabelecidas para financiamentos através do PRODEP.

Posto isto, muitas das instituições que tinham solicitado ou proposto a inscrição nos seus orçamentos de PIDDAC de investimentos para os quais ainda não havia projectos ou, mesmo havendo projectos, não havia concursos nem obras em curso, tiveram de ser proteladas, em face de outras, dada a desproporção entre as disponibilidades e aquilo que era pedido.

Em relação ao Instituto Politécnico de Leiria — e aproveito também para referir já alguns elementos da resposta a dar aos Srs. Deputados Paulo Batista Santos e António Filipe —, realmente, de todos os institutos politécnicos, é aquele que tem a maior verba consignada no PRODEP para 2003: quase o dobro da do seguinte e mais do que a da maior parte das universidades.

Protestos do Deputado do PS Osvaldo Castro.

Isto não é, digamos, uma razão para usar contra o Instituto Politécnico de Leiria; é, sim, uma indicação e até um louvor ao Instituto Politécnico de Leiria, que, segundo tenho ouvido dizer, tem processos de concursamento, de projecto, etc., tão rápidos que, em 2003, teria capacidade para ir mais adiante do que os outros.

Sendo assim, e não obstante o facto de o Instituto Politécnico de Leiria ter, realmente, uma verba de mais de 5,7 milhões de euros — mais do dobro da de qualquer outro instituto politécnico —, o que é facto é que a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche, por não ter obras nas circunstâncias dos critérios que atrás defini, não vai poder beneficiar de verbas do PRODEP em 2003.

Isto não significa, Sr. Deputado, que o Governo não tenha reconhecido, como acabei de fazer, que esta Escola está a corresponder a um anseio, quer da população em geral quer da região. Por outro lado, não quer dizer também que não haja que fazer alguma análise de reformulação dos objectivos e das áreas de estudo, na medida em que a Escola Superior de Tecnologia do Mar começa a ter pouco que ver com o mar, pois os cursos de Engenharia Naval e Industrial, que eram as áreas que lhe davam mais personalidade como escola do mar, estão a ser desactivados para passarem para o instituto politécnico.

Embora tenha cursos de Engenharia Biológica, de Turismo e Mar...

O Sr. **Oswaldo Castro** (PS): — Tem cursos de Pesca e de Gestão Portuária!

O **Orador**: — Não tem curso nem de pesca nem de gestão portuária, Sr. Deputado! Tenho aqui todos os elementos relativos a esta matéria!!

Os cursos que tem são os seguintes: Engenharia Biológica e Alimentar, que vai começar este ano; Biologia Marinha e Biotecnologia, que já existia; Turismo e Mar; e Gestão Turística e Hoteleira. Portanto, não se trata de cursos muito específicos do mar, o que não quer dizer que a Escola, eventualmente, usando a sua criatividade e verificando a oportunidade de emprego e a relevância social de áreas de formação, não venha a ter outros cursos. O que digo é que esta Escola precisa de repensar a sua vocação, não para acabar com os cursos que existem mas, se calhar, para ganhar mais vocação naquilo que a define.

Além disso, gostava de dizer que a outra razão para não ser possível atribuir a essa Escola as verbas solicitadas está em as mesmas corresponderem a cerca de 10 milhões de euros, incluindo a cantina.

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — Isso são 2 milhões de contos!

O **Orador**: — Não podemos estar a dar 10 milhões de euros para aqui, 10 milhões de euros para ali..., porque realmente não existem!

Protestos do Deputado do PS Oswaldo Castro.

Portanto, como os critérios definidos foram os que acabei de enunciar, ou seja, respeitar os compromissos que existem quanto a obras em curso e dar continuidade àquelas obras que têm algum componente de PRODEP III, é evidente que alguma coisa ficou para trás. No entanto, temos esperança de que a partir de 2004 seja possível trazer à Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche aquilo que a mesma, de acordo com a evidência, parece merecer.

É esta a posição que fica. Não é uma promessa firme mas, sim, uma declaração de intenção, pois há o reconhecimento da relevância que esta Escola está a ter. Em consequência disso, escusam de estar com as suspeições, como já apareceu publicado nos jornais, de que vai haver encerramento da Escola, que esta vai ser desactivada ou extinta, porque isso, se calhar, tem que ver com o curso de Engenharia Naval. São coisas que as pessoas começam a misturar para defender determinados aspectos críticos.

O Sr. **Oswaldo Castro** (PS): — O Sr. Secretário de Estado devia lá ir para evitar ter um problema de segurança, que lá vai ter!

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — A cantina estava prevista em PIDDAC !

O **Orador**: — No que respeita à questão sobre o desenvolvimento da região, colocada pelo Sr. Deputado António Filipe, é evidente que uma escola superior poli-

técnica, e uma Universidade mais ainda, pode ser um elemento importante para catalisar o desenvolvimento de uma região — é evidente que sim! —, mas é preciso também não esquecer que esse desenvolvimento da região só é verdadeiramente catalisado se essa escola for uma verdadeira escola superior, ou seja, uma escola em que há que investir muito.

Em primeiro lugar, há que investir em termos humanos. A formação, em pós-graduação, de um professor de uma escola destas — e o número de professores desta Escola ainda é deficiente em relação aos rácios que devem ter estas escolas — leva muitos anos. Os investimentos em termos de edifícios, de laboratórios e de condições são avultados, e as áreas de formação também não podem ser quaisquer umas.

Tudo isto quer dizer que a escola só satisfaz o objectivo, perfeitamente louvável, de ser um catalisador de desenvolvimento da região se for uma verdadeira escola de ensino e formação superior, com a investigação correspondente. Isso é muito dispendioso!

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — A escola tem três anos!

O **Orador**: — É porque não podemos transigir com os aspectos de qualidade que não podemos estar a distribuir o dinheiro, aos tostõezinhos, por aqui e por ali, dizendo que há escolas e que todas as escolas têm de ter dinheiro, quando já sabemos que não estamos a promover a qualidade e estamos a falhar no objectivo do desenvolvimento das regiões e daquilo que as escolas representam.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, antes de passarmos à pergunta seguinte, quero informar a Câmara de que a ordem das sexta e sétima perguntas, dirigidas ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, vai ser alterada, a pedido do PCP e com o acordo do Governo e de Os Verdes.

Srs. Deputados, vamos, agora, passar para a quinta pergunta, ainda dirigida ao Ministério da Ciência e do Ensino Superior, sobre o *Campus* da Universidade do Algarve em Portimão, que será formulada pelo Sr. Deputado Luís Carito e igualmente respondida pelo Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Carito.

O Sr. **Luís Carito** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, a Universidade do Algarve é a única instituição pública do ensino superior existente na região, tendo sido criada pela Lei n.º 11/79, de 28 de Março. É por isso natural que os Deputados eleitos pelo Algarve lhe dediquem especial atenção e estejam extremamente preocupados pelo não cumprimento dos investimentos previstos no Orçamento do Estado de 2002.

A decisão de fazer crescer a Academia algarvia para o Barlavento é anterior à autonomia das Universidades, tendo sido, aliás, o actual Ministro da Ciência e do Ensino Superior que, enquanto secretário de Estado do governo de Cavaco Silva, aprovou a criação do Pólo de Portimão.

O Pólo de Portimão da Universidade do Algarve surgiu no âmbito de uma política de descentralização. A sua expansão para o Barlavento algarvio veio consolidar a perspectiva de inserção territorial, aliás, de acordo com um dos princípios fundamentais dos estatutos da própria Universidade.

A construção do *Campus* de Portimão constitui, numa perspectiva de consolidação do processo, um dos elementos fundamentais do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Universidade para o período 2000-2006, aprovado pelo Senado em Março de 1999.

A construção física deste equipamento permitirá a criação de uma unidade orgânica, que, sendo fora da sede da Universidade, irá salvaguardar os princípios de unidade e coesão institucional do estabelecimento e da não duplicação de cursos e actividades. Aliás, no que concerne aos cursos a criar (Artes, Urbanismo, Economia e Gestão Social), estes inserem-se nas prioridades definidas para o ensino superior e são cursos de empregabilidade garantida. Manter-se-ão os cursos das áreas do turismo e da gestão hoteleira, aliás, já existentes no actual Pólo, e o apoio a cursos na área das tecnologias da saúde, tendo em conta os acordos que a Universidade celebrou com o Hospital do Barlavento no que concerne a estágios.

O acolhimento dado pela Câmara Municipal de Portimão ao projecto da Universidade do Algarve desde o primeiro momento resultou na cedência de um edifício na cidade, em 1993, para a instalação do Pólo. Desde essa altura, inicia-se uma estreita colaboração entre a Câmara Municipal de Portimão e a Universidade do Algarve, que vem a consubstanciar-se na cedência de um terreno de 8,5 hectares, em 1999, para a construção do novo *Campus*.

O município de Portimão tem em curso o desenvolvimento de uma série de infra-estruturas, nomeadamente de acessibilidades, tendo como expectativa a futura existência de um *Campus* universitário numa zona nobre do município.

O turismo foi e é o motor de desenvolvimento do concelho de Portimão. Esperamos que no início de 2003 Portimão venha finalmente a ter também a oportunidade de descobrir, com o desenvolvimento do *Campus* universitário de Portimão, uma nova vocação: a do conhecimento.

Ao aproximar-se, no próximo mês de Outubro, a discussão, nesta Assembleia, do Orçamento do Estado para 2003 e dado que durante o presente ano, apesar da verba inscrita de 1 milhão de euros, não se verificaram no terreno as obras planeadas, gostaríamos de saber, em primeiro lugar, qual a razão da não execução do PIDDAC de 2002 neste projecto, apesar do empenho da Universidade e da Câmara Municipal. Em segundo lugar, gostaríamos de saber se se compromete o Governo a inscrever em PIDDAC verba suficiente para o arranque definitivo do futuro *Campus* da Universidade do Algarve em Portimão.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. **Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Luís Carito, a situação deste Pólo de ensino superior é diferente da anterior.

Trata-se de um *Campus* da Universidade do Algarve que, ao contrário do anterior, não corresponde de maneira alguma aos critérios a que a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche obedece, designadamente à não duplicação de cursos e à não duplicação de actividades, funcionando como uma mera extensão da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, de natureza politécnica, da

Universidade do Algarve. Tem quatro cursos que são réplicas dos ministrados em Faro, no *Campus* da Penha, e nem todos eles têm uma procura satisfatória. Na verdade, dois dos cursos ficam a menos de metade da capacidade, o que significa que há algo que tem de ser revisto.

No entanto, em primeiro lugar, a questão está no próprio plano de desenvolvimento da Universidade, o plano para 2001-2006, que fala em tudo menos nisto. Fala, realmente, como o Sr. Deputado disse, no ensino artístico, em Arquitectura, em Engenharia do Território, em Urbanismo, portanto, em cursos universitários, mas não fala nos cursos politécnicos, que são aqueles que estão e que têm de continuar a ser ministrados, uma vez que os alunos já lá estão.

Portanto, há aqui o problema de rever o plano do *Campus* universitário de Portimão, desejavelmente de acordo com o plano inicial da Universidade, mas que não é aquilo que existe.

Quanto à justificação de ensino superior universitário, ou universitário e politécnico, em Portimão não temos dúvidas. Trata-se, portanto, de uma questão que não se coloca; não há qualquer dúvida de que o *Campus* de Portimão vai ter de ser apoiado e vai ser apoiado.

A razão que justificou a não alocação de verbas em 2002, designadamente a não atribuição de verbas para obras, como o Sr. Deputado sabe, com certeza, uma vez que está tão bem informado, prende-se com o facto de o programa preliminar ainda não estar aprovado, embora haja indicação que após esclarecimentos poderá, e deverá ser, aprovado. Para além disso, o projecto vai precisar de ser revisto, pois não foi aprovado com base em razões várias, entre as quais os custos. Os parâmetros de custos de construção não são satisfeitos por esse projecto.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Carito.

O Sr. **Luís Carito** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, tanto quanto me foi dado a perceber pelas suas intervenções, quer agora quer a propósito da pergunta anterior, aquilo que preocupa neste momento o Governo, e bem, são critérios de racionalidade de meios e de qualidade. Penso, pelo conhecimento que tenho do plano de desenvolvimento da Universidade do Algarve, que esses critérios foram tidos em conta. Aliás, nesse plano há quatro linhas de desenvolvimento que são bem definidas, as quais têm que ver com as estratégias de qualidade e com a diversidade de oferta em resposta às necessidades das comunidades envolvidas.

Portanto, no caso da Universidade do Algarve, Pólo de Portimão, existem quatro cursos, sendo que, como o Sr. Secretário de Estado definiu, dois deles têm uma procura reduzida, mas os outros dois têm vindo a ter um incremento anual do número de alunos, havendo, por isso, uma perspectiva de continuidade. Aliás, a própria Universidade, no plano de desenvolvimento, numa perspectiva de diferenciação de cursos entre Faro e Portimão, prevê a hipótese de esses cursos passarem a ser desenvolvidos só no *Campus* de Portimão. Assim, não entendi muito bem a questão que o Sr. Secretário de Estado referiu no que diz respeito à continuidade desses dois cursos.

Fiquei esclarecido no que diz respeito à continuidade do projecto, de qualquer forma fiquei preocupado, porque percebi que vai haver um «congelamento» do mesmo.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — Termino já, Sr.^a Presidente.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, para terminar, agradecia-lhe que me explicasse se, efectivamente, e em relação à Universidade do Algarve, que é a única Universidade pública na região, há da parte do Governo uma perspectiva de desinvestimento no ensino superior público, vindo isso a afectar também essa Universidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Gago Horta.

O Sr. **João Gago Horta** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, efectivamente, a Universidade do Algarve foi das poucas conquistas que os algarvios tiveram após o 25 de Abril, sendo, portanto, conquistas que têm de ser reafirmadas.

Curiosamente, há uma dúvida algo bizarra que se me coloca à alma: por que foi o *Campus* de Portimão promulgado pelo Dr. Pedro Lynce e, passados tantos anos, nada ou pouco se fez?

Há um dado que temos de ter em conta: vamos ter uma outra conquista no Algarve, a finalização da Via longitudinal do Infante, como via estruturante, e, estando Portimão nessa altura, se cumprirmos todas as regras de controlo de velocidade, a cerca de 20 minutos de Faro, e visto estarmos numa época de «vacas magras», não será preferível fazer um compasso de espera significativo em relação à continuidade do *Campus* universitário de Portimão?

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder ao conjunto de pedidos de esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. **Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia**: — Sr. Deputado Luís Carito, penso poder descansá-lo relativamente à continuidade do *Campus* de Portimão. Isto não significa que não haja que proceder a um estudo de revisão no sentido de uma maior racionalização de todo o sistema de ensino superior do País, o que se impõe pelo facto de haver uma situação grave de contracção que não é compatível com o crescimento das instituições, já que todas prevêem um maior número de alunos.

Sr. Deputado, sabendo nós que o número total de candidatos ao ensino superior tem diminuído nos últimos anos e vai ainda continuar a diminuir durante alguns anos, se contabilizar as previsões de todas as instituições quanto ao número de alunos que estimam para o ano seguinte verificará um aumento em todas elas! Portanto, há aqui alguma coisa que não joga certo.

Por conseguinte, terá de haver um estudo de racionalização e as próprias instituições terão de habituar-se a criar sinergias no sentido de não se viver na ilusão de que isto vai tudo crescer, embora esteja a diminuir, de que o dinheiro vai sempre aumentar, quando, de facto, o dinheiro é limitado. Isso não tem sentido!

E mais: acho que isso deve ser compaginado com a oportunidade, existente neste momento, de promover o

aumento da qualidade. Há que não pensar em maior quantidade, em maiores infra-estruturas, em mais metros quadrados de construção e passar antes a pensar na revisão dos planos pedagógicos, numa maior atenção aos aspectos de formação e de educação dos formandos e de relevância social dos cursos. Este aspecto tem de ser encarado!... Senão, continuaremos a produzir pessoas para o desemprego e pessoas que não são verdadeiramente formadas no ensino superior.

Em relação aos tais cursos de gestão, uma das consequências da aplicação de critérios de exigência e de qualidade é exactamente o facto de esses cursos de gestão serem réplicas dos que são dados em Faro pelos mesmos professores, já que, como eles dão aulas em Faro e vão depois dá-las as Portimão, obviamente alguma coisa se perde em termos de qualidade, em termos de apoio aos alunos e em termos de participação dos alunos na investigação, em toda a formação e na relação estabelecida pelos professores. Ora, isto não pode acontecer!...

Além disso, não se justifica que a 50 km de distância haja os mesmos cursos e na mesma instituição!... Portanto, haverá cursos ou nesta ou na outra. Considero muito válido o que está no plano de desenvolvimento da Universidade, mas isso é totalmente o oposto daquilo que existe! Por conseguinte, há realmente que fazer uma reformulação do que está, neste momento, a ser praticado.

Quanto à questão sobre as verbas para 2003, penso que já expliquei que a razão foi a de não haver obras em curso nem projectos cofinanciados pelo PRODEP III já aprovados. Foi esse facto que levou a que, para 2003, não houvesse previsão de investimentos no PRODEP.

Penso que isto explica as perguntas que me colocou.

Quanto à pergunta que me foi colocada pelo Sr. Deputado João Gago Horta, a do compasso de espera relativamente ao *Campus* universitário de Portimão, julgo que se o *Campus* de Portimão ou a Universidade do Algarve relativamente ao *Campus* de Portimão tiver um plano em que se criem realmente áreas novas, de grande relevância social, com uma procura garantida e desde que seja possível, naturalmente, fazer o seu arranque em condições dignas de uma Universidade, penso que é de andar para a frente. Portanto, eu não estaria de acordo com o tal compasso de espera que referiu.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos passar para as perguntas formuladas ao Governo através do Ministério da Segurança Social e do Trabalho e, como há pouco informei, começaremos pelo balanço da aplicação do Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, relativo à eliminação de barreiras arquitectónicas.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Decreto-Lei n.º 123/97 aprovou um conjunto de normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, através, por exemplo, da supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas nos edifícios e espaços públicos.

Este diploma entrou em vigor há precisamente cinco anos. Ocorre que o prazo estipulado neste decreto-lei para a adaptação de instalações em edifícios e espaços públicos e para o cumprimento das normas técnicas aprovadas foi de sete anos. Faltam, portanto, dois anos para, em res-

peito pela legislação em vigor, ter, em Portugal, todos os edifícios e espaços públicos adaptados a pessoas condicionadas, permanente ou temporariamente, na sua mobilidade, que não são apenas pessoas portadoras de deficiência mas também idosos, pessoas que transportam crianças em carrinho de bebé, etc.

O certo é que o número de centros de saúde, de tribunais, de escolas, de institutos públicos ou de estações onde ainda não houve qualquer intervenção de adaptação, desde rampas de acesso a escadas, elevadores, corredores, portas principais, balcões, telefones e instalações sanitárias, ainda é muito significativo.

O que importa, portanto, quando passou apenas uma semana sobre a comemoração da Semana Europeia da Mobilidade e quando estamos em vésperas da discussão do Orçamento do Estado para 2003, onde se definirão verbas necessárias para opções políticas tomadas, é ter uma ideia clara do estado de cumprimento deste diploma. Assim, gostaria de saber — é esta a pergunta concreta que formulo ao Governo — qual é o levantamento das intervenções de adaptação feitas e o que falta fazer.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social (Margarida Aguiar): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, antes de mais os meus cumprimentos.

Relativamente à questão colocada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, que agradeço, devo dizer que quando chegámos ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho encontramos um défice inadmissível de incumprimento das disposições legais, designadamente do Decreto-Lei n.º 123/97 que referiu.

Constata-se, de facto, um grau de incumprimento destas disposições legais muito fraco...

O Sr. Artur Penedos (PS): — «Incumprimento muito fraco»?... Então, há um «grau de cumprimento»?!

A Oradora: — ... e, efectivamente, o que podemos depreender deste grau inadmissível de incumprimento é que o Governo anterior não deu orientações necessárias para o cumprimento da legislação, sem prejuízo do respeito pela autonomia das autarquias, que, como sabem, são responsáveis também pela aplicação desta legislação.

Isto já para não falarmos do facto de este Governo considerar que o Decreto-Lei n.º 123/97 não vai longe, isto é, existe também um défice de intervenção nesta área, seja a nível do planeamento urbano e do espaço público seja ao nível até do edificado habitacional.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr.^a Secretária de Estado, de facto não estava à espera da resposta que me deu!...

A Sr.^a Secretária de Estado limitou-se a dizer o que não foi feito no Governo anterior, mas, Sr.^a Secretária de Estado, Os Verdes tinham percepção de que muito pouco foi feito nesta matéria. Por isso, desde a entrada em vigor deste decreto-lei, permanentemente, temos levantado a questão

nesta Assembleia da República, nomeadamente utilizando até a figura da pergunta ao Governo, neste caso ao governo anterior!...

No entanto, como o governo mudou, o que pretendo saber é aquilo que este Governo, concretamente, pensa fazer relativamente a esta questão. A Sr.^a Secretária de Estado referiu que esta matéria envolve várias entidades e eu pretendo saber, relativamente aos edifícios públicos que têm directamente a ver com o Governo, o que é que, neste momento ou num curto espaço de tempo, o Governo pensa fazer para abranger todos os edifícios e espaços públicos da sua competência.

Por outro lado, no que diz respeito a outras entidades licenciadoras, o que é que pensa fazer também relativamente a acções de sensibilização e de esclarecimento, pedagógico até, sobre esta matéria?

Pretendo ainda saber concretamente, uma vez que esta Casa está me vésperas de discussão do Orçamento do Estado, se pretendem ou não nele inscrever verbas concretas para colmatar as necessidades relativas à instalação e à adequação de uma série de equipamentos, de edifícios e de espaços públicos, para que às pessoas com défice de mobilidade possa ser garantido o princípio da igualdade que está estabelecido na Constituição da República Portuguesa e que, hoje, não lhes é, de facto, garantido.

Quero também salientar que o sector dos transportes é talvez aquele que tem maior défice de intervenção nesta matéria. Como decorreu apenas uma semana após a comemoração da Semana Europeia da Mobilidade, julgo que esta é uma área em que o Governo devia empenhar-se afincadamente.

Portanto, o que quero saber é quais são as acções concretas previstas por este Governo e o que é que podemos esperar.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cunha.

O Sr. Rui Cunha (PS): — Sr.^a Presidente e Sr.^a Secretária de Estado, antes de mais os meus cumprimentos.

Como consta do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 123/97, durante o chamado «cavaquismo» o governo aprovou decretos-leis e resoluções de conselhos de ministros sobre esta matéria que foram, todos eles, revogados e abandonados, porque nunca houve coragem política de avançar com as acessibilidades para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade limitada.

O Decreto-Lei n.º 123/97 tem um prazo de sete anos para aplicação nos edifícios já construídos e, em 1999, foi feito um levantamento nacional, através de um inquérito a que responderam 277 câmaras e serviços públicos. Segundo esse inquérito, a situação não era «famosa», mas o que eu quero perguntar à Sr.^a Secretária de Estado é se as afirmações que produziu há pouco derivam ainda das conclusões desse inquérito de 1999 ou se elas se baseiam em novos elementos que tem já em seu poder.

Por outro lado, todos sabemos que a sensibilização da opinião pública e dos detentores de cargos públicos para esta questão é fundamental, já que há aqui um problema cultural a ultrapassar. Nos últimos anos realizaram-se campanhas de sensibilização da opinião pública através dos meios de comunicação social. Evidentemente, não resolveram tudo, mas «o caminho faz-se andando»!...

Assim, gostaria de perguntar à Sr.^a Secretária de Estado se o Governo pensa, ainda neste ano de 2002, lançar também uma campanha de sensibilização da opinião pública, porque, para além da aplicação da lei, para além da sensibilização dos detentores dos cargos públicos, para além da aplicação de coimas, a sensibilização da opinião pública, no seu conjunto, é fundamental para que a sociedade portuguesa tenha outra postura em relação aos nossos concidadãos portadores de deficiência.

Portanto, repito, está o Governo disposto a avançar, ainda este ano, com uma campanha de sensibilização da opinião pública através nos meios de comunicação social?

Sr.^a Secretária de Estado, sei que há estudos avançados no que respeita à elaboração de um diploma relativo também a acessibilidades, mas nos edifícios privados de habitação. Qual é o ponto da situação deste diploma? Pensa o Governo avançar nesta matéria?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Goreti Machado.

A Sr.^a Goreti Machado (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social, tal como disse o Sr. Deputado Rui Cunha, no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 123/97 está escrito: «O Governo está consciente da importância de que se reveste a supressão das barreiras urbanísticas e arquitectónicas no processo de total integração social das pessoas com mobilidade condicionada». Portanto, o governo tinha plena consciência da importância deste problema.

Entretanto, Sr. Deputado Rui Cunha, desde a publicação do decreto-lei até hoje, passaram-se cinco e não sete anos.

Acontece que no articulado do decreto-lei é feita uma distinção entre os edifícios que já estavam construídos e os que iam começar a ser construídos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — A pergunta não é dirigida ao Sr. Deputado, mas ao Governo!

A Oradora: — Desculpe, há bocadinho, dirigi-me ao Sr. Deputado Rui Cunha. Não queira roubar o meu tempo!

Como estava a dizer, são dois problemas distintos. Entretanto, não se aplicou a lei aos edifícios que vieram a construir-se e já só faltam dois anos para terminar o prazo quanto aos que estavam construídos. É um problema sério, de facto, Sr.^a Secretária de Estado.

Vivo este problema. Vivo-o na minha cidade, com os edifícios que foram construídos, em relação aos quais não se aplicou esta lei, e vivo-o nos edifícios que estão construídos há muitos anos, como os das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). Não temos capacidade nenhuma para, de facto, cumprir esta lei.

Nessa medida, Sr.^a Secretária de Estado, há três perguntas a que queria que me respondesse, porque, tal como muitos portugueses, quero saber as respostas.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, o seu tempo acabou. Conclua, por favor.

A Oradora: — Primeira pergunta: quem é que tinha de cumprir a lei?

Segunda pergunta: que medidas irá tomar este Governo para o cumprimento da lei?

Terceira pergunta, mas não menos importante do que as duas anteriores: não haverá necessidade de rever este quadro de requisitos?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, de facto, impõe-se saber o que é que, para o futuro, se vai fazer na aplicação desta lei, porque, na verdade, a sua aplicação foi muito insuficiente, muito abaixo daquilo que seria exigível, dos pontos de vista legal e social, para os cidadãos com dificuldades de mobilidade, designadamente para os cidadãos com deficiência.

Mas também é importante sabermos o que é que se vai fazer, para o futuro, nas várias situações, ou seja, se o Governo garante que, daqui para a frente, todos os edifícios públicos vão cumprir as regras que estão estabelecidas na lei e que nem sempre têm sido cumpridas, se o Governo tem alguma preocupação e algum programa no sentido de adaptar os edifícios públicos mais antigos que não têm estas condições.

Lembro aqui que, sucessivamente, nos últimos orçamentos do Estado, o PCP tem apresentado uma proposta de dotação em sede de PIDDAC destinada à adaptação de edifícios públicos mais antigos que não cumpram as regras que estão nesta lei.

Portanto, não se trata apenas do problema dos novos edifícios, em que isso tem de ser acautelado com todo o rigor, mas também de ter verbas suficientes para, progressivamente, ir recuperando os edifícios anteriores e permitir que todos os cidadãos tenham acesso, em igualdade de circunstâncias, aos edifícios e espaços públicos.

Como se aproxima a data de apresentação do orçamento do Estado, pergunto se o Ministério da Segurança Social e do Trabalho tem prevista alguma verba, alguma linha de intervenção para que os edifícios públicos que ainda não têm acessibilidade nas condições que são exigíveis possam vir a tê-la nos próximos tempos.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder ao conjunto de pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, vou procurar responder de forma conjugada às questões que levantaram.

Inicialmente, procurei fazer um balanço da aplicação da legislação que está em vigor — e volto a referir que não basta fazer leis, é preciso aplicá-las — e o que aconteceu, neste caso em concreto, foi que esta legislação não foi aplicada. Posso dizê-lo com firmeza porque, quer do lado das câmaras quer do lado do Governo, pese embora estejamos a avaliar a situação com todo o rigor, constatamos que, relativamente a projectos posteriores a Maio de 1997, data em que esta legislação entrou em vigor, há câmaras e ministérios que não cumpriram os requisitos técnicos constantes desta legislação. E não havia nenhuma razão para não o terem feito.

Em segundo lugar, relativamente a edifícios e a equipamentos de utilização pública já existentes à data da entrada em vigor desta legislação, pouco ou nada se fez. Passaram-se cinco anos e temos agora dois anos para re-

por esta situação. Vamos avaliá-la com o detalhe suficiente para podermos concluir se é viável, ou não, fazer em dois anos aquilo que não se fez em cinco.

Há aqui um aspecto extremamente importante e não nos podemos conformar com esta situação. O Programa do Governo, relativamente a esta matéria, manifesta e constata uma grande preocupação de se avançar e desenvolver a inclusão social das pessoas com deficiência na nossa sociedade. Devemos fazer uma abordagem moderna e de desenvolvimento social.

Portanto, não cabendo aqui estar a anunciar as políticas que, em 2003, vamos desenvolver nesta matéria — o que se trata aqui é de fazer um balanço —, posso, desde já, referir algumas iniciativas.

É muito importante a actividade de sensibilização junto das entidades que devem aplicar a lei. Ocorreu em 2000 e em 2001 um inquérito às acessibilidades nas autarquias e nos ministérios e devo dizer que, do total das respostas recebidas das câmaras, constatou-se que só relativamente a novos edifícios foi cumprido o disposto neste decreto-lei. Portanto, isto mostra que tem que haver uma acção de sensibilização importante, significativa e permanente para que as autarquias e os ministérios — e o Governo em si, através dos vários instrumentos — cumpram a lei.

Estas acções de sensibilização, de facto, ocorreram, pelo lado do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Foram diversas, ao longo dos últimos anos, e vamos arrancar, muito proximo, com uma análise de sensibilização também junto de autarquias e com a presença de entidades governamentais, no sentido de ver se conquistamos o interesse e a sensibilidade para, num tão curto espaço de tempo, fazermos a aplicação da lei, o que, julgo, será muito difícil.

Há uma outra questão que foi levantada pela Sr.^a Deputada Goreti Machado que tem que ver com o tipo de requisitos técnicos que esta lei prevê, no que diz respeito a equipamentos sociais, designadamente equipamentos que acolhem idosos. Relativamente a essa matéria, vamos proceder a uma análise cuidada da natureza destes requisitos técnicos e da sua exequibilidade. É também uma área onde vamos intervir.

Temos em preparação uma proposta de projecto de decreto-lei com vista a regular a eliminação de barreiras no edificado habitacional. O Ministério da Segurança Social e do Trabalho vai definir, em conjunto com outras entidades governamentais mais ligadas a esta problemática, um plano de intervenção junto de autarquias e entidades públicas, com vista a recolher — não é apenas uma verificação — contributos e recomendações que nos permitam, depois, ponderar da necessidade de virmos a prorrogar o prazo que se encontra estabelecido, de forma a que os equipamentos e os edifícios públicos possam cumprir os requisitos técnicos estabelecidos nesta lei.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Está visto que isso também não vai ser feito agora!

A **Oradora**: — Volto a dizer que aquilo que não se fez em cinco anos e que não é da responsabilidade deste Governo, terá de ser devidamente avaliado. Não posso assumir, aqui, o compromisso de que o Governo vai fazer cumprir em dois anos aquilo que não foi feito em cinco e que era suposto ser feito em sete! Isto é muito importante!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Com certeza que assumiremos as nossas responsabilidades. Volto a referir que no Programa do Governo é dada uma significativa ênfase à questão da inclusão e integração social das pessoas com deficiência na sociedade. Agora, não nos peçam explicações e responsabilidades por aquilo que não é da nossa conta.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Pedimos acção!

A **Oradora**: — Vão ter acção! O problema com que nos debatemos, neste momento, é, de facto, o de avaliar o grau de incumprimento desta legislação e o que é que podemos fazer para, efectivamente, suprir esta fraca execução da legislação.

Volto a referir também que a legislação é pouco interveniente nesta matéria, pelo que tencionamos apresentar propostas concretas, nomeadamente a elaboração de uma proposta de projecto de decreto-lei no que diz respeito à questão das barreiras arquitectónicas no edificado habitacional, que já está em curso.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Portanto, até lá, não fazem nada! Ainda bem que Os Verdes colocaram esta pergunta ao Governo, para o sensibilizar!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Luís Marques Mendes): — O Governo está sensibilizadíssimo!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos passar para a sétima pergunta, ainda dirigida ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, sobre o atraso nos pagamentos das prestações sociais, que será formulada pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho e respondida pela Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, como sabe — e o País hoje também sabe, através das notícias que vieram a público na comunicação social —, neste preciso momento, os subsídios de desemprego estão a ser atribuídos com atrasos de seis meses e há, igualmente, enormes atrasos no pagamento dos subsídios de doença.

Mas mais: se um contribuinte quiser saber qual a sua situação contributiva actualizada, não o consegue e, numa altura em que cresce a fuga ao pagamento de contribuições para a segurança social, não se fazem execuções fiscais referentes a 2002.

Como é que se chegou aqui? O registo de remunerações era, tradicionalmente, executado pelos antigos centros regionais da segurança social. Posteriormente, foi criado o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, com a função de passar a fazer o processamento do registo das remunerações. Em Abril do ano passado, foi determinado que as empresas com um número igual ou superior a 10 trabalhadores passariam a proceder à entrega das declarações das remunerações em suporte digital ou através do correio electrónico.

Mas, em Outubro, o governo decidiu entregar o processamento informático do registo dos salários a uma empresa privada. Aliás, nem se percebe para o que é que, então, tinha sido criado o Instituto de Informática. E a saga começou aqui!

As empresas que passaram a fazer a entrega em suporte digital fazem-no directamente num centro de leitura óptica, entretanto criado, que, por sua vez, as transfere para o Instituto de Informática, aí morrendo.

Entretanto, as cerca de 400 000 declarações de remunerações que 300 000 empresas ainda preenchem em suporte de papel são processadas pela referida empresa privada, que não tem capacidade suficiente para tal volume de trabalho. No caso em que o processamento informático vai estando completado, é entregue ao Instituto de Informática, aí também morrendo, por falta de capacidade.

Quando há erros no processamento feito pela empresa, são os serviços de segurança social que são chamados a corrigi-los. Mas porque estes foram, entretanto, esvaziados de pessoal, não é possível resolver a correcção dos erros em tempo útil, como a Sr.^a Secretária de Estado sabe.

No final deste complexa, burocrática e kafkiana cadeia, os serviços que estão directamente em contacto com os contribuintes, que são quem mais nos preocupa, e que têm de fornecer informação, passar certidões e processar os subsídios, não têm acesso, nos seus computadores, a uma informação actualizada (a última que lá está é de Dezembro de 2001), porque esta está bloqueada ou na empresa ou no instituto de informática.

Este é o emaranhado, Sr.^a Secretária de Estado, um perfeito *case study* da burocracia e de como o afã de se criarem estruturas paralelas na Administração Pública e de se privatizarem serviços e funções só multiplica os encargos para o Estado e agrava a solução dos problemas.

Chegados aqui, várias perguntas se impõem.

Quantos beneficiários estão a ser afectados pela ausência de informação sobre a sua vida contributiva? Quantos estão a ser afectados pelos atrasos nos pagamentos das prestações sociais? Quanto custa ao Estado esta multiplicação de estruturas paralelas? É verdade ou não que foi o Orçamento de Estado que pagou o equipamento informático da empresa a quem foi concessionado o serviço? Quanto custa o serviço prestado pela empresa de informática? Como vai o Governo, Sr.^a Secretária de Estado, resolver esta questão rapidamente, tendo em conta os interesses dos beneficiários, dos contribuintes?

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, agradeço a questão que colocou, que é oportuna e em cuja resposta procurarei utilizar o melhor possível o tempo de 3 minutos de que disponho.

Efectivamente, o atraso no processamento das prestações imediatas substitutivas de rendimento é uma matéria altamente preocupante.

Começo por dizer-lhe que, em Abril, quando o Governo entrou em funções, constatámos a existência de atrasos inadmissíveis no processamento das prestações, como vou referir rapidamente.

Em Abril, o tempo médio de processamento do subsídio de doença era 40 dias, sendo que — e só para citar alguns exemplos — os serviços de Braga registavam, àquela data, um tempo médio de processamento de 89 dias, enquanto, na Guarda, eram 72 dias.

Ao nível do subsídio de desemprego, o processamento registava, em Abril, um tempo médio de 64 dias, sendo que, em Braga, esse tempo era de 92 dias, em Leiria, 97 e, em Viana do Castelo, 89 dias, só para citar os casos mais graves.

Relativamente ao subsídio social de desemprego, o tempo médio de processamento era de 68 dias, com realce para Braga, com 118 dias de tempo médio, Coimbra, com 100 dias e, finalmente, a Guarda com 98 dias.

Trata-se de um problema herdado. Como diz o Sr. Deputado, de facto, viemos encontrar um grande emaranhado de opções políticas e de gestão, que têm que ver com a arquitectura operacional, funcional e dos sistemas de informação que suportam a recolha e o tratamento das declarações de rendimento, sem as quais não podem manter-se actualizados os registos de remunerações e sem o que não podem processar-se os subsídios de que estamos a falar.

Devo dizer que, mais do que um emaranhado, a situação que se encontrou é um verdadeiro desastre. Terei oportunidade de explicar por que é um desastre, quais as opções incorrectas que foram feitas, os erros cometidos e o plano que, entretanto, o Governo delineou, com medidas de emergência, que já estão a produzir efeitos, e com medidas estruturantes que irão alterar a actual arquitectura.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para formular um pedido de esclarecimento adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, registei o facto de o Governo reconhecer a oportunidade da questão e de conosco partilhar a preocupação sobre esta matéria.

Diz a Sr.^a Secretária de Estado que são problemas herdados. Não o discuto e, aliás, na minha intervenção inicial, fiz o histórico do processo. Mas a questão, Sr.^a Secretária de Estado, é que não estamos a julgar o passado, estamos a julgar o presente e a procurar encontrar soluções para os problemas. Ora, os senhores não podem estar eternamente a justificar-se com o passado para não resolverem os problemas que existem no presente.

É que, como a Sr.^a Secretária de Estado sabe, o Sr. Ministro Bagão Félix, aliás, para justificar o Código de Trabalho em preparação, tem vindo a argumentar que há fraudes ao nível dos subsídios de doença e de desemprego. Melhor seria que o Sr. Ministro olhasse para o seu próprio ministério, porque, se calhar, é aí que encontra a prática de fraudes, os erros, as dificuldades que, depois, levam à criação dos problemas existentes ao nível dos subsídios de desemprego e de doença.

Não há, pois, fraudes, o que há é descontrolo e desorganização dos serviços do Ministério. É isso que o Sr. Ministro Bagão Félix não tem reconhecido, procurando empurrar responsabilidades para os trabalhadores através da inqualificável propaganda que tem feito em torno do Código de Trabalho.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Uma outra questão é a de que o próprio Tribunal de Contas já reconheceu que os atrasos no processamento destes subsídios se devem, de facto, à ineficiência dos serviços.

Mais: hoje, para não atrasar o pagamento das prestações, os serviços estão a passar certidões baseando-se em meras declarações verbais apresentadas pelos contribuintes. Ora, ninguém garante que essas declarações verbais sejam sustentadas em entrega de contribuições e que o Estado não esteja a pagar contribuições a descoberto.

Há mesmo problemas graves com imigrantes que, neste momento, estão a ser alvo de processos de expulsão por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras porque não conseguem apresentar a informação actualizada sobre descontos para a segurança social que lhes diz respeito.

Qual é a medida que o Governo vai tomar, Sr.^a Secretária de Estado? Faço a pergunta porque, até agora, as únicas medidas anunciadas são a do despedimento, por razões políticas, de 18 responsáveis dos centros distritais de segurança social, o despedimento de pessoal, colocando-o em regime de supranumerário, o ainda maior esvaziamento dos serviços, retirando pessoas de reconhecida competência, independentemente da sua cor política.

O que esperávamos era ouvir soluções concretas para os problemas que existem e que o Governo viesse dizer-nos que, de imediato, vai encontrar as soluções que permitam que os trabalhadores e os contribuintes deste país não estejam 6, 7 e 8 meses à espera de receber um subsídio de desemprego ou um subsídio de doença, que, já por si, são bastante baixos.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Penedos.

O Sr. Artur Penedos (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, V. Ex.^a, que, durante seis meses, não teve tempo para reunir com os responsáveis distritais da segurança social, teve hoje uma hora e meia para estar aqui, à espera que chegasse a sua vez para dar esclarecimentos a esta Câmara. Provavelmente, poderia ter gasto esse tempo para dar esclarecimentos àqueles que saneou de forma verdadeiramente indecorosa,...

Protestos da Deputada do PSD Isménia Franco.

... porquanto revelou uma total falta de respeito para com as pessoas que dedicaram a vida a uma causa muito nobre, a causa da segurança social, trabalhando denodadamente no sentido de encontrar as melhores soluções para os problemas que se colocam aos contribuintes.

O que V. Ex.^a nos trouxe hoje foi a informação de que, quando chegaram ao Governo, em Abril, encontraram o pagamento das prestações por doença com um atraso médio de 40 dias e o das prestações para os desempregados com um atraso médio de 64 dias.

Hoje, o que sabemos é que o atraso relativo ao subsídio de desemprego já vai em 180 dias e, quanto ao relativo a doença, o atraso já irá em 40 dias, salvo nas situações em que, como afirmou o Sr. Deputado Lino de Carvalho, existem alguns comportamentos tendentes a suprir as dificuldades com que os cidadãos se confrontam.

Nessa medida, o que importa, hoje e agora, é que a Sr.^a Secretária de Estado nos diga, com toda a clareza, por que

é que, durante estes meses, não foi capaz de autorizar uma medida simples que lhe foi proposta variadíssimas vezes por inúmeros centros distritais de segurança social, que visava apenas criar condições para se fazerem horas extraordinárias, o que, nalguns casos, teria resolvido e suprido estas dificuldades.

Protestos do PSD.

Portanto, a Sr.^a Secretária de Estado e o Governo não são capazes de criar as condições necessárias para evitar determinadas situações, o que, neste caso, passaria apenas e só por conceder a possibilidade de se fazerem algumas horas extraordinárias.

A Sr.^a Goreti Machado (PSD): — Há já dois anos que se faziam horas extraordinárias e não se resolveu nada!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para solicitar esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Goreti Machado.

A Sr.^a Goreti Machado (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, efectivamente, este é um grave problema, esta é uma situação caótica.

Quem conhece o problema e não fala só por falar, quem vai ao terreno e conhece o problema, sabe que não é com horas extraordinárias que o mesmo se resolve. O problema é bem mais grave.

Os funcionários da segurança social fazem mais do que horas extraordinárias e vêem completamente complicado o serviço que lhes tinha sido prometido que seria simplificado.

A Sr.^a Isménia Franco (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A culpa não é dos funcionários da segurança social nem o problema se resolve com horas extraordinárias, a culpa foi vossa! A culpa é do que vocês implementaram!

Protestos do Deputado do PS Artur Penedos.

Sr. Deputado, por favor, deixe-me falar. Não me faça gastar tempo.

Este é, de facto, um problema sério para quem vê os trabalhadores, para quem vê as pessoas que precisam destas prestações ficarem meses e meses sem acesso àquilo a que têm direito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Assim, Sr.^a Secretária de Estado, quero colocar-lhe três questões.

Primeiro, a culpa não pode continuar a «morrer solteira», tem de mudar-se o provérbio. Por isso, qual é a responsabilidade do anterior governo em todo este malfadado processo?

Segundo, já foram tomadas algumas medidas para resolver o problema? Qual é o tempo previsto para a sua solução?

Terceiro, é necessário saber, Sr.^a Secretária de Estado, quantos organismos estão envolvidos neste processo?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Belez): — Para responder ao conjunto dos pedidos adicionais de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.^a **Secretária de Estado da Segurança Social**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Artur Penedos, esta Câmara merece-me todo o respeito, portanto, se chego com uma hora de antecedência em relação à minha entrada em Plenário ou se chego meia hora antes é uma questão de...

O Sr. **Artur Penedos** (PS): — De respeito!

A **Oradora**: — ... de respeito. Portanto, evite esse tipo de comentários, porque o que está em causa é o respeito pela Câmara.

O Sr. **Artur Penedos** (PS): — Só faltava que a Sr.^a Secretária de Estado viesse dizer quais os comentários que posso fazer!

A **Oradora**: — Relativamente à questão das exonerações, obviamente não vou responder-lhe. Temos boas razões para as termos feito. Aliás, o tema que estamos a tratar até deixa antever essas boas razões.

Em segundo lugar, antes de dar uma explicação mais abrangente sobre a questão do tal «emaranhado» que o Sr. Deputado referiu, gostava de deixar-lhe uma nota.

Vejamos o que está em causa num problema desta dimensão. Está em causa um processo de mudança da recolha e do tratamento das declarações de rendimento, cuja concepção passou por várias decisões do anterior governo.

Primeiro, as declarações de rendimento em suporte documental passariam a ser lidas por um centro de leitura óptica. Segundo, as declarações de rendimento em suporte documental seriam privilegiadamente entregues na banca.

Há um protocolo celebrado entre o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e a banca, através do qual esta última recolhe tais declarações de rendimento, mas que, por não ter ficado contratado, não determina que a banca proceda a qualquer verificação do preenchimento das declarações de rendimento. Portanto, uma vez recolhidas na banca, essas declarações de rendimento são remetidas para o centro de leitura óptica sem qualquer intervenção dos serviços de segurança social. Eis, pois, a primeira mudança importante.

A segunda mudança importante foi a da utilização da disquete como suporte electrónico de dados, que sofreu um elevadíssimo incremento sem que os serviços de segurança social dispusessem dos recursos técnicos e humanos para poderem dar vazão à validação e à verificação das declarações de rendimento entregues através desse tipo de suporte.

Devo dizer que esta operação de mudança e a operação que está em causa, de recolha e tratamento de declarações de rendimento, envolve 4 milhões de registos, cerca de 2,5 milhões de beneficiários e cerca de 400 000 declarações de rendimentos — e estou só a falar de entidades empregadoras — isto para se ver a dimensão deste problema — e envolve, respondendo à questão da Sr.^a Deputada Goreti Machado, três organismos: o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o Instituto da Solidariedade e Segurança Social e o Instituto de Informática.

Além disso, ao iniciar funções, constatei a falta de coordenação de actividades destes três organismos. Ora, isto

não é possível, e esta operação de mudança comportava, à partida, pelos números que acabei de referir e pela questão da introdução da leitura óptica, um risco elevadíssimo.

Devo dizer que solicitei aos serviços o plano de acção desta operação, mas não existia um plano integrado! Não existia um plano de contingência!

O Sr. **Artur Penedos** (PS): — Por que é que não o fez em Abril ou Maio?

A **Oradora**: — E, a somar a tudo isto, havia um *cocktail* de outras questões, como sejam, a alteração do formulário e das regras de preenchimento do mesmo. Portanto, a soma destes efeitos e o facto de a concepção e de os meios afectos a esta grande operação estarem subdimensionados e errados, na forma como isto se faz, conduziram a uma avalanche e a um acumulado de declarações de rendimento, o que, em Maio — e importa referir que a implementação da leitura óptica deveria ter entrado em vigor em Janeiro, mas só entrou em Maio —, deu origem a um acumulado de cerca de 1,5 milhões de declarações de rendimento.

Um outro aspecto a sublinhar é este: dado que não houve período experimental, não houve período de adaptação e houve pouca informação às empresas e até pouca informação interna nos serviços, o que é que aconteceu? Tomem nota, Sr. Deputados: 70% das declarações de rendimento tratadas no centro de leitura óptica ou em disquete contêm erros! Assim sendo, essas declarações de rendimento voltaram para trás. Portanto, em Maio, fomos confrontados com um verdadeiro contentor de declarações de rendimento, que atinge números insuportáveis!

E, Sr. Deputado Lino de Carvalho, não é num mês ou em dois meses, nem é com horas extraordinárias, que se consegue recuperar. Repare, há aqui dois problemas: um, de recuperação de declarações de rendimento, 70% das quais contêm erros, e um outro, de concepção para o futuro. É que se os erros continuam a acontecer, continuamos a acumular declarações de rendimento.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Mas os serviços foram esvaziados de pessoal para corrigir os erros!

A **Oradora**: — Pois, essa é uma medida que não devia ter sido tomada. E se houvesse um plano de contingência, obviamente, havia um sistema em paralelo, havia *task forces*, a funcionar, para corrigir os erros.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Então, temos razão!

A **Oradora**: — Agora, quero tranquilizar os Srs. Deputados, dizendo-lhes que foram efectivamente tomadas medidas de emergência. E, no curto espaço de tempo que tivemos, quais foram elas? Primeiro, foram desenvolvidas aplicações informáticas, que também não existiam e deviam fazer parte do plano de contingência, para detectar e resolver algum tipo de anomalias encontradas nos tais 70% de declarações de rendimento com erros. Através deste processo, já foi possível recuperar 140 000 declarações de rendimento. Este processo já está em velocidade de cruzeiro, pelo que esperamos ter aqui grandes progressos.

Em segundo lugar, foram constituídas *task forces* nos centros distritais, e uma, em particular, no Instituto de Informática, que também não existiam, não faziam parte de um plano de contingência. E para quê? Para que as

declarações de rendimento devolvidas pelo centro de leitura óptica aos serviços da segurança social sejam vistas uma a uma e contactados os contribuintes que apresentam erros nas declarações. Trata-se de um contacto um a um, e com uma agravante: é que o novo modelo de preenchimento nem sequer contempla o contacto do contribuinte. Há erros na concepção destes modelos de preenchimento. E foi assim que as coisas avançaram.

Portanto, de entre as medidas que tomámos, destacamos a constituição de *task forces* e o desenvolvimento de aplicações informáticas para a detecção automática de erros e, se possível, correcção. Com estas medidas de emergência, pensamos chegar ao final do ano com a situação regularizada.

Não se pense, contudo, que estas medidas bastam, vamos ter de reestruturar a própria concepção do sistema. Desde logo, não podemos aceitar ter um sistema em que o contribuinte entrega a declaração para ser remetida para a leitura óptica sem uma prévia verificação da declaração. Ora, o contrato que está negociado com a banca não prevê essa verificação. Não cabe ao centro de leitura óptica, porque também não é isso que está contratado, fazer a verificação das declarações de rendimento. Este é um aspecto essencial.

Assim, há que fazer campanhas de informação, campanhas de esclarecimento, e há que incentivar a utilização da Internet como canal privilegiado, porque aí não pode haver erros, aí são claros os benefícios de economia de custos, fiabilidade de informação e segurança do processo. Há, pois, um conjunto de acções que estamos, neste momento, a estabelecer e que visam conferir eficiência ao sistema, eliminando os riscos que ele tinha inicialmente e que, veio a comprovar-se, eram elevados, no sentido de aligeirarmos toda esta intolerável carga técnico-administrativa que foi deixada neste processo.

Julgo que respondi às questões que os Srs. Deputados me colocaram, mas não posso concluir sem dizer o seguinte: é muito grave que a segurança social não disponha, como viemos a constatar, de um plano estratégico de sistemas de informação.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr.ª Secretária de Estado, o seu tempo terminou. Peço-lhe que conclua.

A Oradora: — A segurança social não dispõe de um sistema nacional, único, de informação. É muito importante termos isto presente.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sobre que matéria?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É uma verdadeira interpelação, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr.ª Presidente, se a Mesa estiver de acordo e o Governo disponível, há, da nossa parte, toda a abertura para dar mais tempo ao Governo para que responda às questões, uma vez que esta é uma verdadeira questão nacional, como a Sr.ª Presidente se apercebeu, e a Sr.ª Secretária de Estado não teve tem-

po para nos esclarecer, designadamente, sobre quantas pessoas estão agora a ser afectadas por estes atrasos e em quanto tempo o Governo prevê resolver estes problemas. E, sobretudo, Sr.ª Presidente (porque se isto for verdade, constitui um escândalo), se é verdade, ou não, que foi o Orçamento do Estado que pagou o equipamento informático da empresa privada a quem foi concessionado o serviço e quanto custa ao Estado esse serviço.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.ª Secretária de Estado da Segurança Social: — Sr.ª Presidente, se me permite, gostaria de acrescentar dois ou três pontos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Responda em concreto!

A Oradora: — Sr. Deputado Lino de Carvalho Primeiro, com as medidas de emergência que procurei, obviamente de uma forma sintética, descrever, pensamos ter a situação regularizada em termos de recuperação e a funcionar também como travão à avalanche de declarações de rendimento com erros, tornando impossível, dentro do sistema hoje existente, tal como ele está montado, o tratamento das declarações de rendimento em tempo.

Segundo, como tive ocasião de mencionar, vamos tomar medidas estruturantes...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Para quando?

A Oradora: — As estruturantes serão tomadas certamente durante os meses de Outubro e Novembro e começarão a produzir efeitos imediatos. Basta mexermos num protocolo, basta que introduzamos outro tipo de canais — aliás, há outro tipo de canais que já estão a ser pensados. E, quando falo de implementação de medidas, não significa que só nessa altura as vamos estudar; não, elas estão a ser estudadas. Não podemos anunciá-las desde já, mas haverá um pacote de medidas que certamente colocará um travão em definitivo a toda esta «trapalhada», como o Sr. Deputado Lino de Carvalho referiu, e sempre tendo presente o interesse dos nossos beneficiários. Até porque há aqui um outro aspecto...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Quem é que pagou o equipamento informático da empresa e quanto é que isso custou?

A Oradora: — Sr. Deputado Lino de Carvalho, não consigo dar-lhe a resposta a essa pergunta, porque frankly não disponho de dados sobre o preço desse equipamento, mas terei todo o interesse em fornecer-lhos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Quem pagou o equipamento informático da empresa?

A Oradora: — Isso faz parte de um contrato que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, à data, em 2001...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Foi o Estado que pagou o equipamento informático da empresa privada a quem concessionou o serviço?

A **Oradora**: — Digamos que a questão é bem mais complicada do que essa. Trata-se de um contrato algo complexo, com variadíssimas contrapartidas — contrapartidas por parte do Estado, sem dúvida —, contrato esse fechado em 2001 e acerca do qual não gostaria de estar agora a fazer uma apreciação técnico-jurídica. É o contrato que temos e que certamente será alvo de uma revisão, dentro das limitações contratuais que ele próprio configura.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Dessa resposta tão complicada, já percebi tudo!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beza): — Srs. Deputados, vamos passar à última pergunta, sobre a política do Governo em matéria de violência doméstica, que será formulada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e respondida pelo Sr. Ministro da Presidência.

Para formular a pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro da Presidência, Srs. Deputados: O Sr. Ministro fez, há alguns dias, declarações a um jornal diário, que nos parecem claramente preocupantes, sobre as questões dos direitos da mulher e da violência doméstica.

Vou ignorar alguns dos aspectos dessas declarações, de tal maneira eles parecem peculiares. O que hoje aqui nos traz e nos preocupa é que, nessas declarações, o Sr. Ministro indicou que o Plano Nacional contra a Violência Doméstica seria arquivado pelo actual Governo. Isto porque, dizia o Sr. Ministro da Presidência, era um plano megalómano, com mais de 200 000 medidas.

Não sei se o Sr. Ministro leu exactamente o mesmo plano que eu, se existe um outro plano fantasma, que não consegui descobrir, mas o Plano Nacional contra a Violência Doméstica que conheço não tinha 200 000 medidas, nem sequer 100, mas apenas 29 medidas, distribuídas pelos três objectivos que definia.

E se é verdade que este plano tinha algumas limitações, na medida em que não definia qualquer calendarização para os objectivos e não estabelecia uma entidade coordenadora do trabalho dos organismos públicos e privados que actuam nesta área, o que sabemos é que este plano, conjuntamente com uma iniciativa da bancada do Bloco de Esquerda que tornou a violência doméstica um crime público, tornou-se, a nosso ver, fundamental para dar uma nova visibilidade e um novo estatuto de consciencialização e também novos instrumentos de apoio às vítimas deste drama que, até aqui, decorria, por assim dizer, entre as quatro paredes de uma certa sacralidade do lar.

Sabemos que ainda é pouco, sabemos que, por exemplo, no ano de 2000, foram registadas pela PSP e pela GNR cerca de 11 765 ocorrências de violência doméstica, das quais 84% eram contra mulheres. Sabemos também por estatísticas mais recentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que esta associação atendeu, através da sua linha de apoio, uma média de 29 casos diários de violência doméstica, o que significa que, no ano de 2001, mais de 10 000 mulheres pediram apoio a esta linha, tendo também indicado que não tencionavam apresentar queixa. O que percebemos, então, é que estes dados, as pessoas e as queixas que chegam a estas entidades, são, por assim dizer, apenas a «ponta do iceberg».

Portanto, pensamos que há muito a fazer nesta matéria. A rede pública das casas de apoio às mulheres vítimas de

violência doméstica conta, actualmente, com uns exíguos 155 lugares. As medidas judiciais de afastamento dos agressores, ao que sabemos, não têm aplicabilidade — segundo o relatório de acompanhamento da violência doméstica, em 1661 processos em que esta medida foi pedida, apenas 61 deles tiveram provimento.

Sabemos também que, na maioria das esquadras portuguesas, não existem ainda salas específicas nem agentes com a formação necessária para dar resposta a este género de situações.

Portanto, aquilo que queremos saber é se as declarações que o Sr. Ministro da Presidência fez, recentemente, ao jornal *Público* significam que o Governo vai abandonar este Plano Nacional contra a Violência Doméstica porque conseguiu gizar...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beza): — Sr.^a Deputada, o seu tempo terminou. Peço-lhe que termine.

A **Oradora**: — Termina já, Sr.^a Presidente.

Como dizia, significam essas declarações do Sr. Ministro da Presidência ao jornal *Público* que o Governo vai abandonar este Plano Nacional contra a Violência Doméstica porque conseguiu gizar uma estratégia que seja mais eficaz, ou se, pura e simplesmente, o Governo pretende desviar os olhos.

Relembro-o que ainda ontem morreu uma mulher jovem, na aldeia de Aldoar, vítima de violência doméstica por parte do marido, em que a causa apontada pelo marido era um iogurte.

Portanto, pergunto-lhe se o Governo vai fechar os olhos a uma questão que é de direitos humanos, não é apenas uma questão de mulheres, e tornar-se cúmplice daquela velha frase, absolutamente inqualificável, que diz que quando há violência doméstica do marido sobre a mulher alguma coisa ela deve ter feito.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Drago, em primeiro lugar agradeço-lhe a questão que colocou pela oportunidade que me deu de aqui estar.

Começo por sublinhar o empenho do Governo nesta matéria, não apenas na questão que colocou, relativa à violência doméstica, mas em todas as matérias relativas à igualdade, que este Governo mantém sob responsabilidade directa do Ministro da Presidência e que não será objecto de qualquer delegação de competências, de maneira a garantir que, contrariamente ao que se verificou no passado recente, estas preocupações têm e terão sempre lugar na reunião do Conselho de Ministros.

A questão directa que colocou penso que resulta de distracção da Sr.^a Jornalista em causa; não se tratará, seguramente, de desconhecimento, pois é até uma pessoa conhecedora e interessada pela matéria.

Mas já não percebo a questão tal qual me é colocada por si. Isto porque, pura e simplesmente, a leitura das declarações — que não correspondem completamente às que foram proferidas, e que passo a explicar — permitiria imediatamente concluir que o Ministro da Presidência não se estava a referir ao Plano Nacional contra a Violência Doméstica, pela simples razão de que este plano já terminou. Era, pois, difícil referir-me a um plano cujo último

relatório foi, como sabe, apresentado em Dezembro e que apenas em Março foi aprovado pela tutela, altura em que esta recomendou que fosse preparado um novo plano. Daí ser impossível referir-me à violência doméstica quando proferi essas afirmações, porque o plano não existe.

Como é evidente, referia-me ao Plano Nacional para a Igualdade, no anteprojecto do qual está prevista uma miríade de iniciativas. Só para o primeiro ano de vigência estavam previstas 250 iniciativas, o que considerei — e considero — completamente irrealista.

Mas, se reparar, mesmo que eu não me estivesse a referir a isso, as declarações seriam contraditórias, porque começa com a seguinte citação: «No que se refere à violência doméstica, o Governo vai continuar a política já em curso...». Depois, o Ministro elogia mesmo a acção dos socialistas neste campo, dizendo: «Não há que estragar o que está bem...». E diz ainda: «Mas o Plano Nacional é para arquivar...». Ora, é difícil arquivar o que não existe!

Considero que o Plano Nacional contra a Violência Doméstica — e foi nesse sentido que proferi aquelas afirmações — foi um plano positivo. Espero, pois, que a Sr.^a Deputada me dirija pedidos de esclarecimento para que eu possa concretizar alguns dos pontos em que pensamos que o plano andou bem e alguns dos pontos em que pensamos que o plano andou menos bem.

Algumas das concretizações desse plano, designadamente no apoio directo à vítima, através do serviço telefónico e das casas de refúgio/abrigo que referiu, constituem alguns dos avanços mais significativos da protecção dos direitos das mulheres que foram dados nos últimos anos em Portugal.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (PCP): — Sr. Ministro, continuo a não estar sossegada. Não percebo se é um problema da jornalista ou se é um problema do Sr. Ministro. Alguma coisa me está a escapar.

O Sr. Ministro diz que pretende continuar aquilo que era um bom exemplo que vinha do passado, mas até hoje não conhecemos nada, não conhecemos qual é o plano global para a igualdade, porque não foi ainda definido pelo Governo.

No que toca à violência doméstica, também não percebemos quais são as directrizes.

Sobre os mecanismos que permitem a participação acrescida das mulheres nas instituições políticas, aquilo que o Sr. Ministro referiu a esse jornal também é verdadeiramente assombroso. Gostaria de saber o que é que as mulheres que fazem parte das bancadas que suportam este Governo têm a dizer sobre uma dicotomia implícita que o Sr. Ministro criou entre as mulheres que são bonitas mas intelectualmente pouco dotadas e as que são inteligentes mas, se calhar, esteticamente desinteressantes.

Portanto, nesta matéria, no que toca aos direitos das mulheres, no que toca às estratégias orientadoras para a igualdade, no que toca a estratégias de combate à violência doméstica, o Governo nada disse a não ser uma confusão de medidas... 200 000 medidas?! 29 medidas?! Não conseguimos perceber, Sr. Ministro!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, o Governo tem dito pouco, quase nada, sobre as políticas de igualdade de oportunidades entre géneros. Por isso, este artigo do jornal *Público* de 12 de Setembro, já aqui foi referido, é um exemplo raro e incontornável da expressão do pensamento e da doutrina do Governo.

Sr. Ministro, trata-se de uma entrevista *sui generis*. O Sr. Ministro já disse que, porventura, não terá sido bem reproduzido, mas é estranho que não tenha sido bem reproduzido em todas as frases que são citadas — e quase todas merecem reparo!

Porventura, o Sr. Ministro terá tido a lucidez de admitir que houve políticas positivas no passado recente, mas, em contrapartida, dá a entender coisas preocupantes como, por exemplo, a concepção de que o problema dos direitos das mulheres é um problema das famílias e para ser resolvido apenas dentro da família. Ora, esta é uma concepção manifestamente redutora e condenada ao fracasso.

Mas hoje tratamos de saber o que pensa o Governo sobre o problema da violência doméstica, problema que reputo como um dos mais graves da sociedade portuguesa e que, aliás, merece um debate profundo nesta Assembleia.

No entanto, o Governo, pela voz de V. Ex.^a, revela preocupantes sinais de conformismo. O Sr. Ministro diz que, se houvesse quotas, a reacção dos homens seria a de procurarem para as listas as mulheres mais bonitas e não as mais competentes, estabelecendo aqui a dicotomia que a Sr.^a Deputada Ana Drago já estabeleceu. Sem admitir que as próprias mulheres dos partidos teriam uma palavra a dizer, o Sr. Ministro cede perante o estereótipo do homem dominador e manipulador e da mulher instrumentalizada, dependente e irremediavelmente submetida ao jugo e ao jogo dos homens.

E, neste caso, não sei o que será pior: se a desconfiança em relação aos homens em geral...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, faça o favor de terminar.

O **Orador**: — Termino já, Sr.^a Presidente.

Como dizia, não sei o que será pior: se a desconfiança em relação aos homens em geral e em relação aos homens dos partidos em particular (de que V. Ex.^a, aliás, também faz parte); se o conformismo e a mensagem derrotista que o seu discurso encerra.

Ora, Sr. Ministro, é essa ideia de inevitabilidade, de domínio e de instrumentalização que está na base do fenómeno da violência doméstica.

Por isso, pergunto-lhe: pensando o Sr. Ministro aquilo que disse ao *Público*, acredita que é possível combater o fenómeno da violência doméstica? É que, se pensa isso, não creio que o Sr. Ministro acredite que é possível combater a violência doméstica, e, portanto, não podemos esperar nada de bom da política do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isménia Franco.

A Sr.^a **Isménia Franco** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dado ser a primeira vez que uso da palavra nesta sessão legislativa,

aproveito para cumprimentar, na pessoa de V. Ex.^a, toda a Mesa, bem como todos os Srs. Deputados, desejando a todos um profícuo trabalho, para bem do País e de todos nós.

Aproveito a presença do Sr. Ministro da Presidência para lhe formular uma pergunta. Sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro anunciou, na tomada de posse da Dr.^a Amélia Paiva, como Presidente da Comissão de Direitos e Igualdade das Mulheres, uma iniciativa concreta que celebrará os 25 anos de combate pelos direitos das mulheres em Portugal. Pergunto-lhe, Sr. Ministro, se nos pode dizer algo mais de concreto sobre esta iniciativa, que, tanto quanto sabemos, se prende com a experiência das mulheres migrantes.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Ainda para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro da Presidência, o actual regime penal sobre o crime de violência doméstica teve origem, fundamentalmente, num projecto de lei do PCP, assim como uma outra medida já aqui citada pela Sr.^a Deputada Ana Drago, sobre o afastamento dos agressores da residência, que consta de uma lei de 1991.

Para que estas medidas — e não lhe irei fazer perguntas sobre isto, porque não é o Governo que pode intervir nos tribunais e fazer aplicar as medidas — surtam efeitos é preciso que sejam acompanhadas de outras que criem a aceitação da norma penal voluntariamente. Ou seja, torna-se necessário uma actuação do Estado que fomente a ideia da igualdade ou faça criar a viva condenação social das discriminações.

O Sr. Ministro falou da igualdade. Mas eu pergunto: como é que se pode assumir defensor da igualdade quem pertence a um Governo que propõe restrições graves aos direitos das mulheres?! Não pode assumir-se como paladino da igualdade quem, no falsamente chamado Código de Trabalho, reduz a duração da licença por maternidade no caso de nascimentos múltiplos! Quem suprime a licença das grávidas por risco clínico! Quem suprime o direito a faltar para assistência aos cônjuges ou a pessoas que vivem em união de facto ou a descendentes com mais de 10 anos! Quem suprime o direito a subsídio, nos casos de licença especial, para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos! Estes são só alguns exemplos!

Não pode, pois, assumir-se como defensor da igualdade quem pune as mulheres que se vêem obrigadas a recorrer ao aborto clandestino, com perda do direito à licença especial e ao subsídio respectivo, hoje previstos por terem tido um aborto.

O Governo acaba por agir como alavanca de um «caldo de cultura» ferozmente opressivo das mulheres, «caldo de cultura» que está na base da violência a todos os níveis, incluindo a violência doméstica. E quem actua assim não pode falar em igualdade.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder aos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. Ministro da Presidência: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, relativamente à violência sobre as mulhe-

res recorde, porque é uma máxima que teremos sempre presente, as palavras recentes de Kofi Annan sobre esta matéria: «A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos verdadeiros progressos em direcção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz.»

Srs. Deputados, é neste sentido que este Governo, tendo um compromisso firme com o desenvolvimento do País, tem presente que esse compromisso nunca será cumprido se não forem verificados objectivos avanços nesta matéria.

Não é por isso um compromisso de retórica, é um compromisso de acção, tendo, sem qualquer complexo, a capacidade de distinguir aquilo que de bem e de menos bem se fez no passado em relação a esta matéria.

O Plano Nacional contra a Violência Doméstica foi um bom instrumento de trabalho nesta matéria. É importante recordar que ele conheceu vicissitudes várias: a tutela passou de um alto comissário para um ministro, depois para um outro ministro, no caso o da Presidência, depois ainda para um outro ministro, no caso o Ministro Adjunto, tendo acabado num secretário de estado, o que lhe tirou muito da eficiência.

Ouvi ontem o Presidente da APAV dizer, e com razão, que o principal problema do Plano Nacional contra a Violência Doméstica não foi ele ter existido, foi ter existido não subordinado a um objectivo pré-fixado pelo Governo em função do qual se organizassem depois os meios disponíveis de intervenção, por parte do Governo e das organizações não governamentais. Um pouco à moda do que se fez no governo socialista em todas as matérias tratou-se de «tudo ao molho e fé em Deus». Pegaram-se em todos os recursos que existiam (diziam as próprias ONG, ontem), de maneira sobreposta, desperdiçando energias, desperdiçando recursos, e avançou-se sem saber para onde, como e porquê.

Os três objectivos que a Sr.^a Deputada referiu são correctos, mas eu diria que são tão correctos quanto vagos: sensibilizar e prevenir; intervir para proteger a vítima da violência doméstica; investigar e estudar. Estas são as três linhas orientadoras do Plano Nacional contra a Violência Doméstica.

Quando dissemos que o percurso feito foi correcto é porque ele foi o primeiro. Entendemos que foi a primeira fase de um caminho. Este plano foi iniciado em 1999 e terminado antes da entrada em funções deste Governo.

Portanto, repito, não há confusão alguma nas minhas palavras. Não me poderia referir a um plano como sendo para arquivar, tendo 200 000 medidas ou não sendo possível de concretização, tratando-se de um plano que já terminou e cujo relatório final é de Dezembro de 2001. Portanto, evidentemente não me referia a esse plano — e é bom de ver a qual me referia!

E esta não é opinião única, felizmente é uma opinião muito acompanhada por aqueles que, com lucidez, olhando para a boa vontade que está subjacente ao anteprojecto do Plano Nacional para a Igualdade, dizem que é impossível a concretização de 250 medidas apenas no primeiro ano.

Todos os que aqui estamos sabemos que tomou posse há menos de um mês a nova presidente da CIDM (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres). E é na CIDM que entendemos dever estar a coordenação do

Plano Nacional contra a Violência Doméstica, garantindo a transversalidade da intervenção a que tal obriga — foi o que não aconteceu e é o que pretendemos que aconteça. Por isso, não seria possível que o Plano Nacional contra a Violência Doméstica e o novo Plano Nacional para a Igualdade fossem apresentados e aprovados antes de os novos responsáveis que o vão protagonizar tomarem posse. Isso aconteceu há menos de um mês, pelo que vamos agora recuperar o tempo perdido.

Todavia, no que respeita ao plano anterior, poderei dizer-lhe o que me parece bem e menos bem.

No que diz respeito ao apoio directo à vítima, consideramos positivo e a manter o apoio directo às casas de refúgio/abrigo que referiu — elas são 10, com as tais 155 camas. Estava prevista — e pretendemos levar por diante esse compromisso — a construção de mais 10 casas, mais 2 no Porto, como sabe. bem como a construção de outro género de casas para todo o tipo de violência que não apenas a violência doméstica. Esse é um objectivo que faz sentido para nós, mas teremos de repensar (é o que faremos) a localização geográfica. No plano iremos especificar quando, como e onde, e isso será apresentado, em primeiro lugar, pela Sr.^a Presidente da CIDM.

Contudo, se em matéria de construção das casas de refúgio/abrigo concordamos plenamente com o trabalho feito, já nos parece que poderão ser introduzidos mecanismos que garantam maior rigor na selecção e no apoio das mulheres que são acolhidas nessas casas.

Ainda em matéria de apoio, no que respeita às linhas telefónicas, devo esclarecer que a linha telefónica lançada em 2000 não é uma linha da APAV mas, sim, da APAV e da CIDM — há que o dizer com precisão. Trata-se, portanto, de um esforço conjunto do Estado e da sociedade civil. Para além dessa, temos ainda uma outra linha relacionada com a violência em geral, que não apenas com a violência doméstica. E, aqui, o Governo entende que deve ser reflectida a necessidade de manutenção das duas linhas nos termos em que elas funcionam.

Como sabem, a linha que resultou do protocolo com a APAV não tem justificação porque o protocolo não existe desde o início de 2002. Portanto, a APAV continua a prestar esse apoio sem compromisso por parte do anterior governo desde o início do ano, daí que estejamos um pouco no «ar» nessa matéria. Mas a linha mantém-se em funcionamento — é nossa intenção que se mantenha, falámo-lo com a anterior presidente da CIDM — e é nesse sentido que a nova presidente está a trabalhar, ou seja, está a procurar conjugar o trabalho desenvolvido pelas duas linhas, admitindo que, pelo menos em parte do horário, não a linha protocolada com a APAV mas a destinada a situações de violência em geral (que funciona com atendimento permanente de 24 horas), com prévia formação dos seus técnicos, também possa ter uma intervenção.

Quanto a sensibilização, diria que há três áreas em que a sensibilização não é suficiente.

Foi dito, e muito bem, que não cabe ao Governo intervir no poder judicial — com certeza que não! — mas não é aceitável que em 1600 casos, dos 1661 (foram apenas 61 os que conheceram decisão), o pedido para que o agressor ficasse impedido de se aproximar da vítima não tivesse sido reconhecido pelos nossos tribunais. Há, portanto, nesta matéria, uma sensibilização a fazer no poder judicial.

Essa sensibilização é igualmente necessária nas forças de segurança. Todos aqueles que têm acompanhado a rea-

lidade desta matéria no terreno sabem que, infelizmente, em muitos casos, não há formação nas nossas forças de segurança no terreno, no concreto, na esquadra. Quantas vezes foram as técnicas da CIDM que tiveram de ir, a meio da noite, às esquadras de polícia, ao terreno, durante os últimos anos! É um público testemunho o trabalho que, ao longo dos anos, tem sido feito na CIDM de maneira continuada e independentemente dos governos — ainda bem que foi assim —, um trabalho abnegado que fez com que, muitas vezes, fossem elas quem, no terreno, se substituíam a essa formação que já deveria existir mas que tarda.

Temos agora o Programa Inovar,...

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Não é agora!

O Orador: — ... no âmbito do Ministério da Administração Interna, que visa precisamente resolver este problema mas que, devo dizer, não é suficiente e tem de ser complementado com acções específicas desenvolvidas pela CIDM.

Também na escola é necessário fazer essa sensibilização, porque quando falamos em violência doméstica também sabemos que os indicadores apontam para um reforço da violência nos mais novos e nos mais velhos. Também aqui é, pois, necessário desenvolver um esforço acrescido de sensibilização.

Estou a falar de áreas — apoio directo às casas de abrigo, apoio directo à linha telefónica e à sensibilização — que nos parece necessário manter mas corrigir com base nestas preocupações que referi.

O novo Plano Nacional contra a Violência Doméstica e o Plano Nacional para a Igualdade vão ser determinados logo que, no âmbito da CIDM, estejam prontos os trabalhos que procuram envolver a CIDM e as organizações não governamentais. Como tomou posse há menos de um mês a nova presidente, vamos dar-lhe algum tempo.

A questão colocada pela Sr.^a Deputada Isménia Franco, relativamente à iniciativa anunciada pelo Governo nesta matéria, mais concretamente pelo Sr. Primeiro-Ministro aquando da tomada de posse da presidente da CIDM, corresponde a uma preocupação que temos, olhando o novo fenómeno da imigração, que é a de juntar mulheres migrantes (emigrantes e imigrantes) e procurar, recolhendo a experiência de umas e de outras, novas pistas para resolver problemas próprios das mulheres no que respeita à violência e não só.

Esta é uma iniciativa que desejamos tenha lugar, por razões simbólicas, antes do próximo dia 25 de Novembro do corrente ano.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Para fazer uma interpelação à Mesa, mas não sobre este assunto, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — E o Sr. Deputado Vitalino Canas pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Também para fazer uma interpelação à Mesa, mas sobre o assunto de que estamos a falar, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Nesse caso, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr.^a Presidente, queria perguntar se haveria condições para que o Sr. Ministro da Presidência pudesse ainda responder a algumas perguntas que ficaram sem resposta, nomeadamente as formuladas pela Sr.^a Deputada Odete Santos e por mim próprio.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Se ninguém se opõe, à semelhança do que aconteceu anteriormente, e se o Sr. Ministro da Presidência quiser prestar mais alguns esclarecimentos, tem a palavra.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.^a Presidente, as questões colocadas pelo Sr. Deputado Vitalino Canas foram poucas, tratou-se mais de um exercício de retórica. E eu respeitei-o: penso que fez eco sozinho. Gostei de o ouvir, foi bem dito e não encontrei nas suas palavras nenhuma pergunta séria, no sentido de objectiva; encontrei, sim, considerações — e são as suas — sobre palavras minhas que leu numa entrevista.

Ainda assim, agradeço-lhe a oportunidade, porque já não dispunha de tempo e agora poderei referir-me a elas para dizer-lhe que o que foi por mim afirmado nessa entrevista, e que reafirmo aqui, é a necessidade de procurar criar, mais uma vez, sinergias úteis na intervenção do Governo. É só isso, penso que o Sr. Deputado entendeu-o seguramente, em todo o caso agradeço-lhe a oportunidade que me dá de prestar estes esclarecimentos.

Como dizia o Sr. Primeiro-Ministro na tomada de posse da CIDM, temos fases neste percurso que fizemos. E a situação que hoje vivemos coloca desafios novos nesta matéria, desafios novos à CIDM, desafios novos ao Governo, desafios novos às organizações não governamentais e exige respostas diferentes, bem como protagonistas novos e uma nova geração que dê novo fôlego ao trabalho insubstituível que, nesta matéria, foi feito essencialmente a partir da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, pelo que gostaria de referir que nesta abordagem aos novos problemas que se colocam, e alguns deles são os que tratámos aqui hoje, designadamente o da violência doméstica... — são novos na abordagem que deles se faz mas, infelizmente, não são novos em Portugal, são problemas que, como outros, há muito tempo deveriam ter sido enfrentados.

Mas, dizia, ao olharmos para estes novos problemas, deveremos constatar que muitas das situações que, hoje em dia, confrontam a mulher na situação de desigualdade que ela vive têm a ver com problemas de família — disse-o e repito —, o que nada tem a ver com procurar limitar, recuando à década de sessenta, os problemas da igualdade a uma visão cortada entre mulheres e homens.

De qualquer forma, se o Sr. Deputado ler toda a entrevista, verá que comecei por referir a preocupação de partir de uma visão que, aliás, devo dizer, tem sido de evolução continuamente sustentada na intervenção da CIDM. Não falamos de mulheres e de homens mas, sim, de género; falamos de *mainstream*, temos presente a Declaração de Pequim, a Declaração de Pequim mais cinco... Estamos tão actualizados quanto qualquer outro país europeu na intervenção que fazemos, e ainda bem que assim é. E vamos defender esse património colectivo na intervenção que temos feito na defesa dos direitos das mulheres.

Contudo, é verdade que alguns dos problemas concretos que se colocam com mais urgência às mulheres

reconduzem-se a problemas de família e, nessa medida, a vantagem de cruzarmos a intervenção que não existiu de maneira estruturada na vigência do governo anterior em matéria de família com uma intervenção na defesa dos direitos da mulher.

Referi situações concretas, referi a violência doméstica, os problemas de maternidade e os problemas de maternidade associados ao emprego. E, normalmente, em todos estes casos, estamos a questionar quadros familiares que surgem afectados e desprotegidos por esta via — a mulher não é apenas a mulher na família, a mulher é a mulher!

Mas, dizia, referi exemplos de casos concretos que exigem uma actuação urgente e, por estarmos sempre a falar de problemas que envolvem a família e por entendermos que ela precisa de uma atenção maior do que aquela que conheceu nas preocupações dos governos nos últimos 6 anos, pensamos que podemos encontrar aqui sinergias úteis que potenciem e tornem mais eficaz a intervenção do Governo. Se actuarmos, quando pensamos na família, em organismos diferentes, em entidades diferentes, em sedes diferentes e em momentos diferentes, quando pensamos em igualdade, tendo presentes preocupações que são comuns, teremos um resultado mais eficaz.

Foi a isto que me referi — qualquer outra leitura seria estranha —, e repeti, ou seja, à coincidência de alguns problemas que afectam as mulheres, alguns deles envolvendo o quadro familiar, à vantagem de cruzarmos estas preocupações e à necessidade de intervenção nestas matérias.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Quanto à maternidade e emprego a resposta foi zero!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.^a Presidente, a penúltima questão desta sessão de perguntas ao Governo, da autoria do Sr. Deputado Lino de Carvalho, versou os temas da segurança social. Foram, de resto, muito pertinentes as questões colocadas pelo Sr. Deputado e por outros Srs. Deputados, tal como muito pertinentes foram as respostas e os esclarecimentos que a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social deu.

Julgo que, sobre essa matéria, a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social, para além dos esclarecimentos aqui prestados, tem vários outros para prestar sobre matérias afins igualmente muito interessantes. Por isso mesmo, esta interpelação vai no sentido de, através de V. Ex.^a, Sr.^a Presidente, informar a Câmara que o Governo vai solicitar à comissão parlamentar respectiva uma reunião, a realizar o mais depressa possível, na qual a Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social estará totalmente disponível para, a bem do esclarecimento de todos, aprofundar as questões aqui suscitadas, em particular pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho, e várias outras que, conexas com essas, são importantes e úteis.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — A Mesa regista a disponibilidade do Governo.

O Sr. Deputado Lino de Carvalho pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Para fazer uma interpelação à Mesa no mesmo sentido, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Faça favor.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr.^a Presidente, queria apenas registar a disponibilidade do Governo em relação à pergunta proveniente da bancada do PCP, que tem, obviamente, uma inegável importância nacional e social. Da nossa parte, há todo o interesse e toda a disponibilidade para desenvolver o debate e aprofundar a informação, uma vez que muitas questões ficaram ainda por clarificar e responder. E nós queremos essas respostas.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da ordem do dia de hoje.

A próxima reunião plenária da Assembleia da República tem lugar no dia 2 de Outubro, pelas 15 horas, e, para além do período de antes da ordem do dia, terá como ordem do dia a apreciação das propostas de lei n.ºs 25/IX — Autoriza o Governo, no quadro da criação da autoridade da concorrência e da aprovação dos seus estatutos, a definir as regras de controlo jurisdicional das decisões a adoptar no domínio da defesa da concorrência — e 26/IX — Altera a Lei n.º 91/97, de 1 de Agosto, que define as bases gerais a que obedece o estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e a prestação de serviços de telecomunicações.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
António Alfredo Delgado da Silva Preto
Arménio dos Santos
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Fausto de Sousa Correia
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel de Medeiros Ferreira
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
João Bosco Soares Mota Amaral
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Elisa Rogado Contente Domingues
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Partido Socialista (PS):

Francisco José Pereira de Assis Miranda
Jaime José Matos da Gama
João Cardona Gomes Cravinho
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina

Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE):

João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Ana Paula Rodrigues Malojo
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho
Daniel Miguel Rebelo
Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
João Carlos Barreiras Duarte
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
José António Bessa Guerra
José Manuel de Lemos Pavão
Luís Manuel Machado Rodrigues
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Assunção Andrade Esteves
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques Antunes
Ascenso Luís Seixas Simões
Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
Fernando Pereira Serrasqueiro
João Barroso Soares
José Carlos Correia Mota de Andrade
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
José Honório Faria Gonçalves Novo

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

- 1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).
- 2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.
- 3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 – 1099-002 Lisboa